



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM
FILOSOFIA

CARLA ANDRÉA DA SILVA QUIRINO

MEIO AMBIENTE E CONSUMISMO:

Decolonização para uma vida ética responsável - um diálogo com Enrique Dussel
no ensino médio

**Recife
2024**

CARLA ANDRÉA DA SILVA QUIRINO

MEIO AMBIENTE E CONSUMISMO:

Decolonização para uma vida ética responsável - um diálogo com Enrique Dussel
no ensino médio

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Filosofia (UFPR /
Núcleo UFPE) como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em
Filosofia.
Área de concentração: Ensino de
Filosofia

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Ricardo Vieira
Ramos

Co-Orientador: Prof Dr. Adailton Pereira de
Melo

**Recife
2024**

Quirino, Carla Andrea da Silva.

MEIO AMBIENTE E CONSUMISMO: Decolonização para uma vida ética responsável - um diálogo com Enrique Dussel no ensino médio / Carla Andrea da Silva Quirino. - Recife, 2024.

79f.: il.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, UFPE, PROF-FILO.

Orientação: Sérgio Ricardo Vieira Ramos.

Coorientação: Adailton Pereira de Melo.

1. Meio Ambiente; 2. Consumismo; 3. Decolonização. I. Ramos, Sérgio Ricardo Vieira. II. Melo, Adailton Pereira de. III. Título.

UFPE-

CARLA ANDRÉA DA SILVA QUIRINO

MEIO AMBIENTE E CONSUMISMO:

decolonização para uma vida ética responsável - um diálogo com Enrique Dussel no ensino médio

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Filosofia (UFPR / Núcleo UFPE) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Ensino de Filosofia.

Aprovada em: 30 de Julho 2024

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^o. Dr. Sérgio Ricardo Vieira Ramos
Universidade Federal de Pernambuco

Examinador interno: Prof^o. Dr. Junot Cornélio Matos
Universidade Federal de Pernambuco

Examinador externo: Prof^o. Dr. José Tadeu Batista de Souza
Universidade Católica de Pernambuco

Dedico este trabalho à minha família, que sempre me apoiou e renunciou às horas de convivência, aos meus Mestres e também aos colegas de turma, pelas contribuições muito bem-vindas à minha pesquisa. Dedico-o ainda ao meu saudoso e inesquecível pai, Júlio Quirino Neto (*in memoriam*), que certamente se vivo estivesse, estaria muito orgulhoso com mais essa conquista. Aos meus primos amados Adailton Pereira de Melo (espelho no caminho da Filosofia) e Lenine Querino Silva de Oliveira, que sempre acreditaram em mim e me estimularam a cada dia nos períodos difíceis do mestrado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Deus Supremo e Criador do Universo, por toda a direção, força e sabedoria, bem como, por me permitir avançar mais um degrau na minha jornada acadêmica.

À minha mãe, Jassélia Quirino e irmãs: Catarina Quirino (ajudou-me diretamente na produção dissertativa) e Cristiane Quirino (oferecendo apoio nos momentos de fraqueza), bem como, filha Júlia Amorim e sobrinha Lavínia Melo por todo o incentivo e apoio incondicional.

Ao meu esposo, José Wilson Bezerra, por me fazer acreditar que sempre é possível alcançar nossos objetivos mesmo diante de tantas dificuldades.

Aos meus amigos especiais de turma Romualda Mirdes, Paulo César, Ana Maria e Ivan Macedo, por sempre estarem ao meu lado dando apoio e estimulando cada vez mais a conclusão do curso.

Ao meu orientador, Prof. Dr Sérgio Ricardo Vieira Ramos, pela paciência e sábia condução no processo de orientação.

Aos meus inesquecíveis mestres do curso pelos ensinamentos que levarei por toda a minha vida.

Aos meus queridos alunos e Diretor Escolar que contribuíram eficazmente para que este trabalho fosse possível.

Aos que direta, ou indiretamente contribuíram para a produção desse trabalho acadêmico, muito obrigada!

RESUMO

A pesquisa se propõe à sensibilização dos estudantes sobre a prática de consumo exacerbado e sua exploração que contribui para a escassez dos recursos naturais do meio ambiente e os possíveis desgastes e desequilíbrios que essa condição impõe ao mesmo, tendo como ponto inicial de discussão a seguinte questão: É possível uma prática educativa filosófica que leve a sociedade, dentro do processo de decolonização a uma vida ética responsável a partir de uma reflexão sobre o seu modo de consumo exacerbado e sua influência para o meio ambiente? Utilizou-se para a mesma os meios de pesquisa bibliográfica para o seu desenvolvimento, tendo como foco os conceitos do filósofo Enrique Dussel direcionados aos estudantes do 1º Ano do Ensino Médio, de uma escola pública da cidade de Ribeirão-PE. Observando-se com os dados levantados a falta de conhecimento dos educandos sobre tais condições expostas, levando-os a serem mais um grupo de contribuintes a tal situação. Buscou-se promover com a propositura do trabalho uma formação discente, consciente, ética e responsável pelas causas ambientais a partir da redução de bens e consumo exploratório.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Consumismo; Decolonização; Enrique Dussel; Ética.

ABSTRACT

The research aims to raise awareness among society about the practice of excessive consumption and its exploitation that contributes to the scarcity of natural resources in the environment and the possible wear and imbalances that this condition imposes on it, taking as the starting point of discussion the following question: Is it possible to have a philosophical educational practice that leads society, within the process of decolonization, to a responsible ethical life based on a reflection on its exacerbated mode of consumption and its influence on the environment? The means of bibliographical research were used for its development, focusing on the concepts of the philosopher Enrique Dussel aimed at students in the 1st year of high school, from a public school in the city of Ribeirão-PE. Observing with the data collected the lack of knowledge of students about such exposed conditions, leading them to be another group of contributors to such a situation. The aim of this work was to promote student training that is conscious, ethical and responsible for environmental causes through the reduction of goods and exploratory consumption.

Keywords: Environment; Consumerism; Decolonization; Enrique Dussel; Ethics.

LISTA DE ABREVIATÓES

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

PCC - Plano de Cargos e Carreiras

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	CONSUMISMO E UMA PERGUNTA PELA ÉTICA.....	15
2.1	DEFININDO CONSUMISMO.....	16
2.2	O MEIO AMBIENTE E O HOMEM NO CONTEXTO DO CONSUMISMO.....	21
2.3	O CONSUMISMO: UM DESAFIO ÉTICO.....	29
3	ÉTICA DA LIBERTAÇÃO E CONSUMO.....	37
3.1	ÉTICA: RESGATAR O HOMEM E O MEIO AMBIENTE.....	40
3.2	ÉTICA DA LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA.....	45
4	DECOLONIZAR: TAREFA URGENTE.....	51
4.1	DECOLONIZAR: PERCEBER A RESPONSABILIDADE PELO OUTRO.....	51
4.2	UM PROJETO DE LIBERTAÇÃO.....	56
5	DESAFIANDO O CONSUMISMO – INTERVENÇÃO EM SALA DE AULA.....	60
5.1	LIBERTAR O HOMEM E A NATUREZA: CONVERSA COM DUSSEL.....	60
5.2	PROCESSO METODOLÓGICO.....	63
6	CONCLUSÕES.....	73
	REFERÊNCIAS.....	76

1 INTRODUÇÃO

Trabalho como Professora de Filosofia no município de Ribeirão-PE e como Professora de ciências no município de Caruaru-PE. As aulas de Filosofia que ocorrem via contrato com o governo do Estado proporcionam momentos de introspecção no que diz respeito ao tema escolhido para a dissertação. Com uma carga horária curricular maior no município de Caruaru, tenho procurado estabelecer uma relação entre ciências, o seu ensino e a dimensão filosófica da libertação, frente aos ditames que ocorrem na perspectiva de uma acentuada crise do meio ambiente e um acelerado programa consumista. O resultado na verdade, serão duas intervenções simultâneas com a mesma natureza e objeto, embora com sujeitos diferentes.

Minha experiência com a filosofia nasce de uma situação como professora contratada para lecionar a disciplina no Estado de Pernambuco em regime temporário no ensino médio, lecionando Biologia na 1ª série dessa mesma modalidade e Filosofia a nível de complementação de carga horária (situação diferenciada) na cidade de Ribeirão-PE e amante da mãe de todas as áreas do conhecimento, por isso a opção escolhida para realização da pesquisa no mestrado profissional em Filosofia.

Ora, isso posto, para destacarmos não os desafios, aventuras ou percalços de um docente que não é exceção, mas regra, nas pelejas da formação, mas para irmos justificando ou configurando as costuras ou caminhos de desenvolvimento conceitual para a conformação desse trabalho. Primeiro, houve a necessidade de trabalhar as duas áreas do conhecimento, especificamente ciências biológicas e filosofia, de forma interligadas e implicativas, exercitando mais uma vez, provar, que Filosofia abrange todos os campos pedagógicos, inclusive, abrindo um leque de diálogos, possibilitando ao indivíduo a liberdade de se expressar, bem como, refletir sobre diversas condições vitais, problematizando vários campos de pesquisa¹.

Ocorreu de surgir a grande necessidade de trabalhar as duas áreas, propondo um trabalho de pesquisa que abordasse tanto as questões ambientais (Ciências da Natureza), quanto as implicações éticas do consumismo e sua relação com o meio

¹ Uma das dificuldades encontradas para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa foi a resistência dos órgãos da Secretaria de Educação em disponibilizar o tempo previsto em lei para formação do Professor, assim como a demonstração de se ter uma concepção negativa da Filosofia por parte da gestão educacional do município de Caruaru-PE, onde também atuo em sala de aula.

ambiente numa perspectiva decolonial. Tal propositura, visa provar que a Filosofia norteia epistêmica e reflexivamente as áreas do conhecimento por abrir as mentes para o diálogo e para a reflexão de um problema, podendo não trazer soluções aos mesmos, mas com certeza, possibilitando a reflexão abrindo a mente da humanidade para repensar seus atos.

De acordo com a situação vivenciada e construída, buscou-se trazer para dentro da pesquisa um problema que, no correr dos últimos decênios, vem não somente incomodando cumulativamente, mas escravizando a humanidade: “O consumismo”. O consumismo, que diferente do consumo, já é excesso, que em nível exacerbado, leva ao desgaste ambiental e escassez dos recursos naturais dentro do meio ambiente, pois tudo o que se consome, por trás, existe um recurso natural explorado para a sua fabricação e em excesso, pode levar a extinção desse recurso e automaticamente o desequilíbrio ambiental, trazendo consequências ao próprio homem.

Cogitamos abordar tal problema numa dimensão filosófica, aquela da ética, mas ainda, avançando numa ética da libertação, discutindo o mesmo dentro das escolas, para assim contribuir de forma positiva nas questões de preservação ambiental, propõe-se o seguinte: caminhar com as ideias ou conceptualizações do Filósofo Enrique Dussel dentro do processo de decolonização para uma vida ética responsável dentro do contexto dos estudantes do ensino médio. No qual, para o mesmo, ética significa ação, dever, lei, obrigação, decisão, compromisso (Dussel, 1977, p. 79). Ela é a base para que o cidadão possa viver no ambiente de forma saudável e harmoniosa consigo mesmo e com os outros.

Esse é um dos paradigmas enfrentados no chão da escola, que consideramos um espaço provido de regras e de moralidades que obedecem muito mais aos ditames das circunstâncias políticas, dos interesses difusos de gestores e da própria ideologia fundacional de uma escola pautada nos valores tradicionalmente cristãos, eurocêntricos (em parte norte americanos), patriarcal e neoliberal, do que um lugar de formação para a autonomia crítica diante dos desafios que a própria realidade oferece. Nesse ponto, a escola se pauta muito mais em moralidades reproduzidas pelo sistema do que numa visão ética libertadora.

A reflexão oferecida por Dussel (2012), especialmente em sua obra *Ética da libertação* na idade da globalização e da exclusão motiva a pensar a ética da libertação

como resistência a um modelo eurocêntrico de civilização e globalização que amplia a lógica predatória e opressiva de uma sociedade cuja ênfase é o consumismo e não a cidadania responsável.

É comum ver entre as pessoas o senso de consumir bens e produtos pelos quais muitas vezes não estão necessitando naquele momento, porém, o faz para alimentar o seu bel prazer. Isso acontece com muita frequência principalmente entre os adolescentes, que em rodas de conversas, alimentam-se do “ter” em vez do “ser”. Sem a mínima noção de que o ato de consumo exacerbado, pode levar ao desgaste ambiental como por exemplo, produção de lixo de toda espécie descartado no planeta, bem como a escassez dos recursos naturais.

Nos dias atuais, o meio ambiente está sendo centro de atenção de estudos sobre clima e principalmente sobre a sobrevivência do homem no planeta Terra. A destruição desenfreada que se assiste não é um problema dos tempos modernos, embora nele se tenha acentuado e acelerado, mas faz parte de um longo processo de consumismo que tem suas raízes no período da colonização.

O processo de destruição da natureza, particularmente frente à conjuntura que vivemos, é parte de um projeto maior, qual seja, o da colonização das Américas, da Ásia e da África. Podemos dizer que há um contínuo processo de exploração das riquezas minerais, naturais e do próprio homem um projeto civilizatório devastador, excludente, sempre mais consumista e, daí, com vários problemas éticos.

A exploração do homem pelo próprio homem, torna o outro como objeto, justificando sua escravização e exploração. A incorporação ideológica burguesa consumista ao modelo adotado pelos países europeus (iniciado no século XVI e intensificado nos séculos XVIII e XIX) produziu sequelas de natureza social, ambiental e de consumo que tende a se alimentar da ignorância e das justificativas neocoloniais.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo, discutir as questões ambientais que se vivenciam nos dias atuais, graças ao modelo de consumo que tem suas raízes na colonização, e se intensifica no desenvolvimento do capitalismo e no modelo neoliberal adotado pela maioria dos países ocidentais, os quais faz emergir uma necessidade de uma decolonização cultural para um processo de libertação integral, uma ética ambiental e social que ajude a romper com o círculo vicioso do desmando e da exploração.

A pesquisa é relevante filosoficamente por apresentar no ensino de filosofia correlacionado a área da Ciência da Natureza a utilização de uma reflexão mais profunda sobre a libertação do homem pelo homem. Dos conceitos contidos nos textos de Enrique Dussel a serem apropriados pelos estudantes, possibilitando a experiência do problema e a sensibilização sobre os mesmos, considerando as relações éticas e morais no contexto ambiental e no ambiente escolar, sobretudo, na sala de aula.

Nessa conjuntura, a presente, objetiva o ensino de como dialogar com as ideias de Enrique Dussel, no contexto das aulas de filosofia no ensino médio de modo que se possa confrontar as ações consumistas exacerbadas das pessoas e sua contribuição para um meio ambiente desequilibrado à libertação, desde o cenário escolar, promovendo um diálogo que contribua para que o estudante construa sua maturidade libertadora, aceitando sua condição social atual, respeitando a si e os outros, ao meio ambiente, a terra nossa casa e a natureza.

Diante desse problema observado entre as pessoas de uma forma geral e mais precisamente entre os adolescentes em sala de aula, optou-se por um trabalho de intervenção que leve os estudantes a uma leitura aprofundada e reflexiva sobre as ideias de Dussel, especialmente as que dizem respeito à libertação do homem para a formação de uma consciência ética.

O capítulo 2 introduzem-se sobre o consumismo que reflete sobre o meio ambiente e sua forte influência na construção das relações sociais e do poder de decisão na sociedade que tem capacidade de tornar-se um mundo efetivamente sustentável se houver entendimento entre produtores e consumidores, tornando o consumo em condição de necessidade e não de vaidade, que não comprometa a vida das gerações vindouras (Zanirato e Rotondaro, 2016, p. 87).

O capítulo 3, reflete a necessidade e o surgimento de uma Ética da Libertação à luz de Dussel, resgatando o homem e a natureza. No 4, temos o conceito de decolonização e seu processo histórico para entender o porquê da necessidade de decolonização. E finalmente, no Capítulo 5 trabalhamos o projeto de intervenção em sala de aula, aplicando de fato e de direito as ideias de Enrique Dussel na tentativa de propor uma ética libertadora aos estudantes e conseqüentemente ser parte integrante no processo de contribuição para um meio ambiente melhor e mais justo as futuras gerações.

Todo o percurso do trabalho, desde a pesquisa bibliográfica até chegarmos ao processo de construção do projeto com os estudantes, se estabeleceu uma dinâmica de sala de aula invertida, quando se pesquisa em casa ou em outros ambientes e se socializa em sala de aula, fazendo com que, desta forma, o processo de construção do conhecimento não fosse algo imposto, mas compartilhado e discutido em sala de aula.

2 CONSUMISMO E UMA PERGUNTA PELA ÉTICA

A história da humanidade é marcada pelas relações de consumo, considerando as necessidades básicas de sobrevivência da espécie humana e sua trajetória na construção de povos e de civilização. Desde a mais simples agregação comunal ou familiar se tem notícias da necessidade de consumo: se consome animais, frutas e plantas para a sobrevivência. O homem, um ser dotado de necessidades a serem satisfeitas é portador dessa intensa vontade de consumir. Consome-se para sobreviver, para sentir prazer, mas por trás do evento consumo existe toda uma dinâmica de exploração do homem e da natureza, pois a égide da obtenção fácil (consumo/acumulação) de riquezas é um dado histórico e atual.

Para compreender a noção de consumo/consumismo partimos do princípio de que o homem é um ser de necessidades, algumas específicas para a sobrevivência e outras, que com o alvorecer da incessante busca de riquezas, se estabelece associada ao poder e a riqueza.

Esse processo de poder e riqueza na América Latina foi acompanhado de uma posição ética e moral que atendia aos interesses da classe dominante europeia e exploradora, perpetuando-se no itinerário cultural das massas até os dias atuais. Não sem motivo que diante da situação de exploração e de repressão operada sobre os povos originários e os pretos escravizados, bem como de uma população que passa ao largo da história marcada pela pobreza acentuada, explorada e distante dos mecanismos de decisão política.

O processo de construção de um despertar para a construção de uma ética da libertação que encontra seu eco mais proeminente em Dussel (2012) tem uma referência no processo e elaboração de uma pedagogia da libertação com Paulo Freire, que se inicia com um método pedagógico destinado à alfabetização de adultos e à educação popular.

O pensamento de Freire influenciou toda uma geração de pensadores em diversas áreas do conhecimento que encontraram em suas obras, diferentes inspirações que se desdobraram em reflexões filosóficas, psicológicas, artísticas e de outras ordens. De fato, várias de suas ideias filosóficas e pedagógicas marcaram profundamente o pensamento de libertação da década de 70, particularmente a Teologia da Libertação, a Filosofia da Libertação, o Teatro do Oprimido e a cultura política de esquerda sobre a importância da

participação popular na formulação, gestão e condução das mediações requeridas nos processos de libertação e na construção e consolidação de sociedades verdadeiramente democráticas (Mance, 2022, p. 37).

Uma atenção especial merece a proposta oferecida por Dussel (2012) que se expressa como uma Filosofia da Libertação que se pode traduzir por uma Filosofia da Alteridade, “considerada, negativamente, como ruptura da cotidianidade e, positivamente, afirmação de um projeto existencial autêntico que, abrindo-se à revelação e manifestação do Outro antropológico, chega a um novo nível de criticidade metafísica” (Mance, 2022, p.207).

2.1 DEFININDO CONSUMO (ISMO)

Barbosa (2004) analisando a complexidade do termo, indica que consumo ou sociedade de consumo é um termo que diz muito respeito à sociedade contemporânea o qual remete a uma determinada dimensão específica da chamada sociedade hodierna. Contudo, suas raízes remontam ao chamado “processo civilizatório” pelo qual as sociedades foram divididas em classes sociais, umas exercendo sob pressão o trabalho para atender de maneira desigual necessidades das classes dominantes.

De modo geral, pode-se entender “consumir” para fins de necessidades fundamentais da existência humana, essencial para a própria dinâmica de reprodução da sociedade física e socialmente, ao mesmo tempo em que manipulam artefatos e objetos da cultura material com a finalidade de produzir fins simbólicos de diferenciação, atribuição de status, pertencimento ou mesmo de gratificação individual, o que não corresponde ao que se entende por consumir no sentido atual da palavra (Barbosa, 2004).

A grande questão é que se torna o nosso ponto de partida é entender como a dinâmica do consumismo surge no contexto de uma ontologia das necessidades inerentes ao ser humano enquanto um ser no mundo, em sociedade e em relações. Segue-se a necessidade de uma ética que leve em consideração a dinâmica e as necessidades de se estabelecer não somente limites, mas uma consciência da relação globalização – liberalismo – exploração e expropriação, cuja dinâmica de

vertente capitalista introduz uma ética forjada sob uma visão eurocêntrica pós-Iluminismo, inspirada no cientificismo biológico e físico segregacionista. Mas, partimos da compreensão de que a humanidade vive e depende de necessidades, a questão é o consumismo configurar no ápice da satisfação das mesmas um processo ético que necessita de decolonização, ou seja, pensar uma ética a partir das necessidades dos oprimidos, dos marginalizados, dos explorados e expropriados da natureza, do meio ambiente, de suas famílias, do acesso às suas necessidades básicas.

Em síntese, conforme descreve Maslow (1991):

O ser humano é um animal carente e raramente alcança um estado de satisfação completa, exceto por curtos períodos. Assim que um desejo é satisfeito, outro aparece em seu lugar. Quando isso é satisfeito, um novo é trazido à tona, e assim por diante, sucessivamente. É típico do ser humano estar desejando algo praticamente sempre e ao longo de sua vida (Maslow, 1997, p.9)².

Partindo dessa constatação o autor cria um modelo hierárquico de necessidades, começando com as fisiológicas com a função de manter o equilíbrio interno do organismo de forma a regular toda a dinâmica física do corpo humano. Para Maslow (1997) o atendimento a essas necessidades é predominante e, sua ausência, gera a agressividade e a selvageria.

Seguida a necessidade fisiológica tem-se a de segurança, a qual tem implicações diretas na necessidade de leis e limites, e ordem na sociedade. Na linha hierárquica Maslow (1997) entra na dinâmica das necessidades de origem psicológicas que incluem a necessidade de relacionamento social, do amor, da estima quando gera o sentimento de autoconfiança, independência, respeito, apreço, prestígio até se chegar nas necessidades de realização pessoal e autorrealização, conhecidas também como necessidades de crescimento e interdependente com as demais necessidades.

² El ser humano es un animal necesitado y raramente alcanza un estado de completa satisfacción, excepto en breves períodos de tiempo. Tan pronto se ha satisfecho un deseo, aparece otro en su lugar. Cuando éste se satisface, otro nuevo se sitúa en primer plano, y así sucesivamente. Es propio de los seres humanos estar deseando algo, prácticamente siempre y a lo largo de toda su vida (Maslow, Abraham H. **Motivación y personalidad**. Madrid: Díaz de Santos, 1991, p.9).

Quando as necessidades não são satisfeitas a tendência é ocorrer um desequilíbrio no organismo. Mas, partindo do princípio de que o homem é um ser de necessidades, o que dizer da necessidade de consumo desenfreado e ilimitado?

Figura 1 – Pirâmide das Necessidades de Maslow



Fonte: Pichère, 2023, p 45

O quadro ou a pirâmide de necessidades humanas que devem ser solucionadas ou saciadas para que o ser humano se desenvolva de maneira equilibrada, na perspectiva de Maslow (1990; 1997) não implicando com a necessidade de consumo que chegaria a despertar o que se conhece como acumulação de riquezas através da exploração do outro e do meio ambiente.

O planeta vive um processo de mudanças marcado pela associação entre a globalização e o neoliberalismo em um mundo descolonizado e pós-colonialista. Podemos considerar que a cosmologia atual é a da conquista, da dominação da exploração do mundo, com vistas ao progresso e ao crescimento ilimitado (Cerimm; Alcântara, 2019, p. 193).

Essas mudanças não ocorrem de maneira súbita nos tempos modernos, elas têm início no processo de transformação do modo de exploração que se inicia simultaneamente com as ideias iluministas (depois darwinista), especificamente com o advento do capitalismo comercial nos séculos XVI e XVII e que se acentua no limiar das revoluções industriais, necessidade de exploração de matéria-prima, concentração de renda a partir de ideias colonialistas, exploratórias e devastadoras

da natureza e do homem, este considerado diferente em sua essência para poder atender e justificar sua exploração.

Lamarck (1986) desenvolvendo um trabalho que teve com título *Filosofia Zoológica*, na qual explora os conceitos de natureza, filosofia e desenvolvimento industrial, alerta que o egoísmo humano, clarividente em relação a seus próprios interesses, por sua inclinação a explorar tudo o que está à sua disposição, trabalha pelo aniquilamento de seus meios de conservação e a destruição de sua própria espécie. Ao destruir por toda a parte os grandes vegetais que protegiam o solo para obter objetos que satisfazem sua avidez momentânea, tende a conduzir de forma rápida à esterilidade do solo que ele habita, causa o esvaimento dos mananciais, afasta os animais que neles encontravam sua subsistência e faz com que grandes partes do globo, outrora férteis e povoadas em todos os sentidos, tornem-se agora nuas, estéreis, inabitáveis e desertas.

O que Lamarck critica dessa relação do homem com o meio ambiente é a avidez consumista de produtos considerados próprios para o enriquecimento de poucos pela via exploratória e predatória. Daí a necessidade, conforme Ferdinand (2022) de pensar uma preservação do meio ambiente, uma relação equilibrada com a natureza a partir da compreensão e crítica do processo de colonização que, além de explorar a natureza em função do consumo de uma elite branca, patriarcal, europeia, também o fez em relação ao outro, o homem escravizado, negro, pobre, ameríndio, o que implica uma ética socioambiental.

O resultado dessa relação e concepções filosóficas, segundo Ferdinand (2022) é todo um processo de negação dos povos originários na América, pela negação de sua capacidade de ter uma “alma” e ser capaz de desenvolver uma capacidade ética que lhes seja própria, tendo de se amoldar ao que os cristãos, brancos, europeus entendem e difundem como ética ou como moral – “família, tradição e propriedade”.

Não pretende a Ética da Libertação ser uma filosofia crítica para minorias, nem para épocas excepcionais de conflito ou revolução. Se trata de uma ética cotidiana, desde e em favor das imensas maiorias da humanidade excluídas da globalização, na “normalidade” histórica vigente atualmente. As éticas filosóficas que estão em moda, as standards, ainda que tenham algum sentido crítico, com pretensão de ser pós-convencionais, são éticas de minorias (claro que de minorias hegemônicas dominantes, as que tem os recursos, a palavra, os

argumentos, o capital, os exércitos) que frequentemente podem muitas vezes podem ignorar as vítimas, os dominados e os afetados-excluídos das "mesas de negociação" do sistema atual, das comunidades de sistemas de comunicação dominantes; vítimas sem direitos humanos decretados, intocado pelo *ethos* da autenticidade, e sob o impacto de coação jurídica e com pretensão de legitimidade (Dussel, 2012, p.15-16).

Uma vez instaurada a consciência ética diante das injustiças sofridas pelas alteridades que nos interpelam com sua palavra, conforme Mance (2022) o sujeito consciente de uma Ética da Libertação não pode fugir ao compromisso de promover um processo de libertação desses seres negados, atuando como filósofo e como filósofo (especialmente em sala de aula), transformando a filosofia em uma “analética pedagógica da libertação” (Mance, 2022, p.207) e acrescenta que, na perspectiva de Dussel, o filósofo é um mestre que, movido pelo respeito ao outro, deve se voltar criticamente à totalidade, como o objetivo de esclarecer mediações que lhe são inerentes, especialmente no que diz respeito aos exercícios hegemônicos de poder e a produção e reprodução das inúmeras formas de alienação. Alienação que se esboça especialmente no consumismo.

Dussel (2012, p. 17) chama a atenção para que não haja esquecimento que o contexto último da Ética da Libertação é o processo de globalização que exclui uma grande maioria significativa da humanidade (desde sua versão destruidora do meio ambiente e do ser humano nos povos originários das Américas e África), vítimas desse sistema-mundo. Globalização e exclusão é um duplo movimento que aprisiona a periferia através da modernização do seu capital financeiro fictício, incluindo a exclusão material e discursiva das vítimas desse processo que querem chamar de civilizatório.

Dussel (2012) acrescenta que a Ética da Libertação tem de dar conta dessa dialética contraditória, a partir da construção de categorias e de um discurso crítico que permita desenvolver o pensar filosoficamente esse sistema performativo autorreferencial que apenas destrói (destrói a natureza, os ecossistemas e os mais pobres).

A morte dos povos das terras americanas e dos africanos aqui implantados e explorados exige uma ética da vida e os sofrimentos de ontem e de hoje devem

conduzir, engendrar um pensamento que conduza a uma práxis que provoque a justificada e necessária libertação das cadeias da exploração.

2.2 O MEIO AMBIENTE E O HOMEM NO CONTEXTO DO CONSUMISMO

Ao sair da relação face a face, o ser humano se aproxima de coisas que em uma multiplicidade indeterminável confere sentido como entes presentes neste mundo; Compreendo os entes que se apresentam como totalidade passa-se ao processo de atribuição de sentidos, a partir de um determinado projeto. No caso da sociedade capitalista, desde as suas origens, a totalidade do ser se funda no capital. “Desde o projeto fundamental do acúmulo de capital e de garantir o seu domínio – com mediações políticas, culturais, etc. – desenvolve-se o mundo como totalidade concreta” (Mance, 2022, p. 209).

Interligadas e integradas ao processo humano, meio ambiente e homem são acrescidos de um sentido e de um valor. Nessa dinâmica, cada ser humano ou grupo social desenvolve um projeto e, no caso dos povos originários e dos africanos isto deveria ocorrer em função de sua liberdade, o que não ocorre quando se impõe o capitalismo/colonialismo/consumismo, uma vez que os donos do poder demonstram pela exploração e pela força que no capitalismo nenhum homem é livre para realizar seu próprio projeto. Assim, para a crítica radical das totalidades ontológicas, Dussel desenvolve uma metafísica que procura “saber pensar o mundo desde a exterioridade alterativa do outro” (Dussel, 2012, p.54).

Contudo, na construção do capitalismo, fruto da sociedade comercial e industrial o instrumento racional básico foram as ideias iluministas de que o homem deve ser senhor da natureza, produzindo ao longo dos séculos uma relação perniciosa homem *versus* natureza, com o esgotamento dos recursos naturais e a exploração desenfreada do que ainda “resta” dos ecossistemas no planeta. Em nome do consumismo desenfreado dos recursos naturais assiste-se a um crescimento vertiginoso de mudanças climáticas, poluição, violência e desumanização.

De 1942 até hoje, é preciso ter em mente as incomensuráveis resistências e lutas por parte dos colonizados e escravizados, homens

e mulheres, para exigir um tratamento humano, exercer profissões, preservar suas famílias, participar da vida pública, praticar suas artes, suas línguas, rezar para os seus deuses e se sentar à mesma mesa do mundo. [...] Na busca pela dignidade, mirando em primeiro lugar as questões de identidade, igualdade, soberania e justiça, os temas ambientais são percebidos como prolongamento de uma dominação colonial que comprime ainda mais os porões, acentua o sofrimento dos racializados, dos pobres e das mulheres e prolonga o silêncio colonial (Ferdinand, 2022, p,30-31).

Quando falamos de consumismo relacionado ao meio ambiente, não estamos firmando o consumo necessário à nossa sobrevivência, ao atendimento às necessidades básicas da natureza humana, mas se coloca em pauta a questão da criação exploratória de consumir exacerbadamente os recursos naturais (água, alimentos, etc.), cujas consequências afeta diretamente o meio social dos grupos minoritários e vulneráveis da sociedade, objetos principais da reflexão filosófica libertadora.

Levando o indivíduo ao vício de comprar e recomprar, sem as vezes ter a necessidade, por pura vaidade, e até mesmo para acompanhar o “avanço tecnológico”, a sociedade consumista cria o sujeito alienado de si mesmo e, especialmente do outro. O competir, o superar o outro torna-se a dinâmica social e nesse ponto, as minorias execradas do mundo globalizado são as que mais sofrem.

A sociedade hodierna (os donos do poder político e econômico) vem alimentando a destruição da natureza sem o mínimo de consciência ética sobre as consequências que o consumo abusivo pode refletir ao meio ambiente e reimplantando inconscientemente um sistema neocolonial sobre o argumento do progresso e da valorização moral da família e dos “bons costumes”. Onde se sabe que qualquer que seja o produto que chega em nossas mãos, será oriundo de um recurso natural ou até mesmo de vários, a depender da sua fabricação, ao mesmo tempo que é fruto de um processo de exploração do trabalho humano.

Isso de fato é preocupante, pois, por exemplo, para fabricar um smartphone além da água e da terra, utiliza-se minerais como o lítio, tântalo, cobalto e metais raros, a exemplo da platina (escasso no meio ambiente - utilizado na indústria para a fabricação de vários equipamentos de importância para nós, a exemplo de equipamentos odontológicos e exaustores), levando ao esgotamento desses, refletindo com isso no desequilíbrio da natureza.

Essa matéria prima que dá origem aos materiais ou produtos de consumo na contemporaneidade é extraída a partir da desapropriação de comunidades originárias, da exploração do trabalho análogo à escravidão, de financiamento de governos autoritários e violadores dos direitos humanos, do aumento da pobreza nas periferias dos centros urbanos, no esgotamento dos recursos naturais, poluição de mananciais e propagação de enfermidades (endemias e epidemias).

Observe-se que, segundo chama a atenção Cichelero e Galiotto (2020) em nossa sociedade não existe consenso de como devem ser gerenciados os recursos naturais e quais os limites aceitáveis de consumo entre o que a sociedade necessita e o que o meio ambiente pode oferecer. O que se apresenta então é que a crise ambiental tem, nas relações de consumo, um grande propulsor do seu crescimento.

Ferdinand (2022) acentua a necessidade de se ter uma visão mais ampla do problema ecológico, considerando “que as colonizações históricas, bem como o racismo estrutural contemporâneo, estão no centro da maneira destrutiva de habitar a Terra” (Ferdinand, 2022, p.31-32).

O desejo pelo novo é mais forte do que a satisfação de se ter o que se deseja. O que move o indivíduo é o desejo pelo objeto, muito mais do que sua posse. Nesse sentido, a relação entre necessidade e satisfação é invertida, pois a promessa de concretização do desejo é maior do que sua necessidade. Assim, quando o objeto é adquirido gera uma rápida sensação de satisfação que de imediato é substituída por um novo desejo. Essa busca é o que alimenta e mantém a sociedade de consumo.

Chegamos ao ponto em que o “consumo” invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o “envolvimento” é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado. Na fenomenologia do consumo, a climatização geral da vida, dos bens, dos objetos, dos serviços, das condutas e das relações sociais representa o estágio completo e “consumado” na evolução que vai da abundância pura e simples, através dos feixes articulados de objetos, até ao condicionamento total dos atos e do tempo, até à rede de ambiência sistemática inscrita nas cidades futuras que são os “*drugstores*”, os *Parly 2* ou os aeroportos modernos (Braudillard. 2009, p. 19).

Isso é preocupante. O termo “consumismo” nessa logística é algo complexo, não se tem um remédio que possa curar tal mal, porém, o que está ao nosso alcance é justamente a sensibilização da população na tentativa de amenizá-lo ou até mesmo que a sua prática seja de forma consciente sobre as questões ambientais, não somente aos que fabricam os produtos a serem consumidos, mas, principalmente aos consumidores.

Silva e Gómez (2010) reforçam que tornar-se consciente não quer dizer deixar de consumir, mas sim equilibrar a quantidade que se consome. “Evitar gastar recursos excessivamente, buscar comprar de organizações que possuam uma preocupação com a sustentabilidade, enfim, encontrar alternativas passíveis de alterar a atual situação com a qual a sociedade se depara” (Silva e Gómez, p.43).

O consumo consciente seria, portanto, a capacidade que todos os atores envolvidos, indivíduos, instituição pública ou privada de optar por produtos e serviços que contribuam de maneira responsável para a melhoria da vida individual e coletiva, visando a preservação ambiental (Pinto e Batinga, 2016, p. 36).

A dinâmica no século XXI que tem sua gênese orquestrada pelas ONGs – Organizações Não Governamentais, que através de simpósios, manifestações e fóruns promoveram a necessária inclusão de governos democráticos na agenda socioambiental (Brasil, 2005). Na percepção de Conte (2016, p.6) “se a sociedade pensa em futuro quanto aos recursos naturais e sobrevivência, ela deve refletir suas ações referentes a questões que são fundamentais para sua existência” como o meio ambiente, o consumo e a relação do homem entre si e com a natureza.

Um estudo sobre *Sociedade de consumo*, apresentado por Barbosa (2004) analisa que antes mesmo da Revolução Industrial, o despertar ganancioso para a exploração da natureza insaciável do ser humano em relação ao consumo, haja vista que a cultura do consumidor se insere no contexto de uma sociedade de mercado o que faz com que “os valores relacionados às atividades de consumo e de mercado transbordem para outras áreas que até então eram apreciadas e certificadas por outros critérios” (p.32). Isso significa que por estar intrinsecamente associada à mercadoria, ao mercado, o consumo é um ato que não deixa de estar em sintonia com a mercadologização da natureza e, ao mesmo tempo do ser humano. Desde o processo

colonizador que a mercadoria ganha espaço sob a exploração/expropriação da natureza nos “recantos do mundo” (África e América) invadidos pelos europeus, como do uso da mão de obra escrava para a realização do projeto. Tudo isso sob uma ética cristã, europeia, branca e racista, entre outros adjetivos.

O consumidor não é alguém conhecido, mas um sujeito anônimo que só pode ser construído como um objeto. A cultura de mercado é universal porque, em princípio, todos nós somos livres e iguais e podemos, portanto, adquirir o que quisermos, sem nenhuma restrição legal ou de status, desde que tenhamos os meios pecuniários para fazê-lo. Da mesma forma que a cultura do consumidor não restringe quem pode ter acesso ao mercado, ela também não restringe o que pode ir para o mercado. Isto significa que qualquer objeto, experiência, atividade, em suma, qualquer coisa pode ser commoditizada (Barbosa, 2004, p.33).

Em tese, o pensamento de Barbosa (2004) denota um certo “romantismo, como se o mercado estabelecesse condições iguais para todo mundo. Mas acresce-se algumas nuances provocadas pelo consumismo: ao não estabelecer limites o consumo transforma-se em um ato individual de necessidades insaciáveis, motivada pela política midiática do capitalismo para que consiga sobreviver; isso implica uma negociação de identidades e *status* a partir de escolhas individuais relacionadas ao objeto do consumo; nesse processo de escolhas e de afirmação de identidades, como se falar em liberdade quando a escolha está submetida aos interesses econômicos de grupos que utilizam o marketing e a mídia para impor seus produtos? Resulta que aqueles se sentem “consumidores” como sujeito ativos, não deixam de ser passivos, haja vista que de sujeitos se tornam objetos que respondem a uma necessidade maior dos interesses dos grupos econômicos, muito mais do que da satisfação de suas necessidades.

Antes mesmo do processo de industrialização que criaria o patamar de consumo intensivo, encontramos no processo de expansão do capitalismo comercial as nuances de um consumismo desenfreado, uma vez que a invasão das terras americanas (por exemplo) com a “exploração intensiva da terra como recurso com fins de exportação comercial e enriquecimento financeiro de alguns acionistas ultramarinos e dos colonizadores locais” (Ferdinand, 2022, p.60), produziu uma devastação ambiental e a “coisificação” do ser humano, o originário das américas e

especialmente o Preto, que além da exploração como mão de obra escrava, era produto comercial, mercadoria de consumo.

Essa problemática apenas muda de configuração quando do surgimento do capitalismo industrial e do contemporâneo. O seu desenvolvimento histórico tem implicado em uma tendência de mercantilização de todas as coisas, inclusive dos processos sociais, apoiado em uma relativização ética em relação a exploração da natureza e da própria força de trabalho humano (Wallerstein, 1988).

Mas não bastava mercantilizar os processos sociais. Os processos produtivos estavam interligados em complexas cadeias produtivas. Considere-se, por exemplo, um produto típico que foi amplamente produzido e vendido ao longo da experiência histórica do capitalismo: uma roupa. Para produzir uma peça, você geralmente precisa, no mínimo, de tecido, linha, algum tipo de maquinário e força de trabalho. Mas cada um desses elementos tem que ser produzido por sua vez. E os elementos envolvidos em sua produção devem ser produzidos por sua vez. Não era inevitável – ou mesmo usual – que todos os subprocessos dessa cadeia de commodities fossem mercantilizados. De fato, como veremos, o lucro costuma ser maior quando nem todos os elos da cadeia são mercantilizados. O que fica claro é que, nessa cadeia, há um conjunto muito grande e disperso de trabalhadores que recebem algum tipo de remuneração que é registrado em livros de contabilidade como custos. Há também um conjunto muito menor, mas geralmente igualmente disperso, de pessoas (que geralmente não estão ligadas umas às outras como parceiros econômicos, mas operam como entidades econômicas distintas), que de alguma forma compartilham a margem final na cadeia de mercadorias entre os custos totais de produção da cadeia e a receita total da venda do produto final (Wallerstein, 1988, p.5)³.

³ Pero no era suficiente mercantilizar los procesos sociales. Los procesos de producción estaban unidos entre sí en complejas cadenas de mercancías. Consideremos, por ejemplo, un producto típico que ha sido ampliamente producido y vendido a lo largo de la experiencia histórica del capitalismo: una prenda de vestir. Para producir una prenda de vestir se suele necesitar, como mínimo, tela, hilo, algún tipo de maquinaria y fuerza de trabajo. Pero cada uno de estos elementos ha de ser producido a su vez. Y los elementos que intervienen en su producción han de ser producidos a su vez. No era inevitable —ni siquiera era habitual— que cada uno de los subprocessos en esta cadena de mercancías estuviera mercantilizado. De hecho, como veremos, la ganancia es a menudo mayor cuando no todos los eslabones de la cadena están mercantilizados. Lo que está claro es que, en tal cadena, hay un conjunto muy amplio y disperso de trabajadores que reciben algún tipo de remuneración que se registra en los libros de contabilidad como costes. Hay también un conjunto mucho menor, pero por lo general igualmente disperso, de personas (que además no están por lo común vinculadas entre sí como socios económicos, sino que operan como entidades económicas distintas), las cuales comparten de alguna manera el margen final existente en la cadena de mercancías entre los costes totales de producción de la cadena y los ingresos totales conseguidos gracias a la venta del producto final (Wallerstein, Immanuel. **El capitalismo histórico**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1988, p.5).

Produto ou meio de produção, o meio ambiente é o caminho mais fácil para atender a demanda de consumo pelo que é necessário, mas também pelo que se pode considerar supérfluo enquanto meio de sobrevivência digna e humana. Contudo, o conceito de meio ambiente é problemático. Primeiro porque não se pode entendê-lo a partir de um viés puramente biológico como sendo biomas, sistemas naturais, florestas e savanas, tudo isso deslocado do eixo social e cultural no qual se faz presente os seres humanos em uma situação de relação entre si e com esses ecossistemas; segundo, o que se entende por meio ambiente numa sociedade de consumo exige uma necessidade de revisão ética e moral dos conceitos que subjazem as relações que ocorrem e perpassam a política, a economia, a cultura e principalmente a educação das gerações presentes e futuras.

Numa definição, de certa forma romântica, se afirmam que o meio ambiente é o espaço em que vivemos. Dele, se faz presente todos os recursos naturais pelos quais necessitamos para a nossa sobrevivência. Nesse contexto, faz-se necessário preservá-lo para a continuação da vida das espécies vindouras.

Meio ambiente é o conjunto de elementos, processos e dinâmicas biológicos, físicos e químicos que criam condições e mantêm a vida no planeta Terra, compreendendo também os seres humanos e as dinâmicas sociais, culturais e econômicas. É dele que retiramos os elementos essenciais para a nossa sobrevivência, como água, ar, alimentos e matérias-primas, um dos motivos pelos quais a sua conservação se faz tão importante (Brasil Escola, 2023, verbete).⁴

Em sua clássica obra *Filosofia da Libertação na América Latina*, Dussel aponta que:

É a partir do mundo, desde um mundo histórico, político, erótico ou simbolicamente determinado, que compreendemos a natureza. Se há uma história do mundo, há também a história da natureza. Ou seja, os gregos compreenderam a *fysis* como eterna, divina, nascente; os medievais compreenderam a natureza como criada (*natura naturata*), finita, sem princípio de corrupção; o moderno europeu compreendeu a nature ou Natur como sendo a matéria observável matematicamente (desde Galileu) ou explorável economicamente (desde a revolução industrial). A natureza, juntamente com o trabalho e o capital, é a origem do mítico progresso civilizador. (Dussel, 1977, p. 114).

⁴ **Meio ambiente** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/meio-ambiente.htm> Acesso em 13 mai.de 2023.

A partir desta compreensão dusseliana, entende-se que a natureza é politicamente interpretada, sobre ela também há um modo de dizer e de agir. Ela é hermenêuticamente visualizada desde o centro ou a periferia, desde as diversas classes sociais, desde os sistemas políticos, principalmente, como matéria de um modo de produção numa formação social determinada.

Isso implica, conforme reflete Ferdinand (2022) sobre o estabelecimento de uma crítica ao processo civilizatório processado pelos europeus desde 1492 através da apropriação/invasão/desapropriação/devastação indevida de outros continentes que se intensificou com os acordos pós-coloniais que manteve, pela coação militar e financeira, as formas destrutivas de habitação da Terra, uma compreensão ética das feridas que foram infligidas à Terra pelas empresas coloniais sustentadas por discípulos cristãos que desvalorizaram, perseguiram e tentaram aniquilar práticas de povos indígenas (originários) e africanos, reconhecidas atualmente pelo seu caráter importantíssimo de protetoras da biodiversidade.

A definição de meio ambiente se articula, necessariamente, “à busca de um mundo livre das desigualdades (pós-) coloniais e das relações de poder legadas pela escravidão”. Contudo, na percepção de Conte (2016) há de se reconhecer, para efeito didático e pedagógico que o ambiente é o conjunto das condições que envolvem e, ao mesmo tempo, promove a sustentação dos seres vivos no interior da biosfera, incluindo também o clima, solo, recursos hídricos e outros organismos, constituindo o que significa o resultado das condições que exercem atuação sobre os organismos.

Conte (2016) acrescenta que o conceito de meio ambiente implica em uma relação que supostamente diz respeito às questões de sobrevivência, que depende de fatores físicos, químicos, biológicos, sociais, epistemológicos e que permitem transformações. Contudo, não se pode deixar de levar em consideração, sendo, portanto, a soma das condições que atuam sobre o organismo. Nessa direção podemos inferir que conceito de Ambiente se relaciona ao ambiente que estamos inseridos, que nos permite a vida e sobrevivência, e que depende dos fatores físicos e químicos passíveis a transformações. Mas, observe-se que deve ser levado em consideração um conceito que defina o ambiente como um local onde são estabelecidos convívios e interações de forma que todo o desenvolvimento, quaisquer

que sejam suas naturezas, deve ser harmônico e cultural homem=natureza, homem-homem, sociedades-sociedades.

Todos nós temos o direito ao meio ambiente equilibrado e saudável para que possamos perpetuar a nossa espécie de forma digna. Entretanto, devemos obrigatoriamente preservar tal condição para que possamos desfrutar desse bem, bem como as gerações vindouras.

A tarefa da preservação ambiental é uma condição coletiva e impõe o desempenho comum de todos os participantes do processo para que sua evolução seja positiva, trata-se de uma atividade meramente educativa; não sendo fácil de ser construída devido as condições heterogêneas de pensamentos e atitudes das pessoas. Entretanto, o ser humano tem que entender que ele está inserido no mundo e que se não houver uma ação de sua parte sobre as causas ambientais, será assassino de si próprio. Precisa agir e ao mesmo tempo fazer com que os demais se envolvam junto com ele e ambos se entrelacem no processo.

2.3 O CONSUMISMO: UM DESAFIO ÉTICO

A sociedade de consumo que se estabelece nos dias atuais, num processo de evolução desde a antiguidade, acentuando-se a partir da chamada modernidade, tem levantado questionamentos importantes no que diz respeito a sobrevivência da natureza, mas também e principalmente da espécie humana.

A humanidade necessita modificar em caráter emergencial a sua forma de pensar e agir relacionado ao ato de consumo exacerbado, bem como, a crença de consumismo e desenvolvimento fazem parte de um elo inseparáveis. Pois, quanto mais se consome, mais recursos naturais são explorados e com isso, levando o meio ambiente a condição de poluição por escassez dos mesmos através do desequilíbrio (Costa; Ignácio, 2011, p. 1).

A sociedade capitalista, especialmente a industrial e a tecnicista pós-moderna, foram edificadas no âmbito da crença cristã do domínio do homem sobre a natureza, o que culminou na exploração desenfreada da mesma e do homem, em benefício de

uma classe social que se torna cada vez mais rica às custas da exploração desenfreada do meio e da exploração do trabalho humano.

O ser humano, transformado em consumidor, é induzido a não pensar sobre o porquê do comprar e consumir. Pela mesma racionalidade, esse mesmo ser consumidor não pensa nas consequências que esse consumo pode trazer ao meio ambiente. O lucro e o consumo estão à frente de tudo. Não se dá qualquer importância aos métodos utilizados na produção, sendo apenas importante a produção em massa, para o consumo em massa. Os produtos são fabricados com prazo de durabilidade cada vez mais curtos, para que percam suas propriedades em um tempo cada vez mais curto, exigindo que o consumidor substitua-os por outros (Pereira, 2009, p.18).

Para onde se despeja as toneladas de lixo urbano que são produzidos todos os dias nas experiências de vida urbana? Onde são descarregados nossos esgotos sanitários e de que forma eles são responsáveis pela poluição dos mananciais e das redes auríferas? O que ocorre com o descarte de plásticos, celulares e baterias carregadas de lítio, zinco, entre outros metais pesados? São perguntas que não se encontram respostas no cotidiano dos sujeitos porque não se pensa nelas. Quaisquer das perguntas acima propostas não encontram respostas no cidadão que habita as nossas cidades e se for questionado sobre os efeitos devastadores sobre a saúde humana, o meio ambiente uma pequena ou ínfima parcela não encontrará respostas plausíveis. É o preço das inovações tecnológicas e do progresso que devermos nos adaptar e nos acostumar a ela e propagar uma espécie de ética relativista?

Historicamente, o domínio do homem sobre a natureza, de inspiração judaico-cristã e fundamentado nos ideais do Iluminismo, onde se dá uma valorização desenfreada da razão em detrimento da matéria, fez com que o ser humano se colocasse como senhor da natureza e, como consequência, sobre o próprio homem gerando a divisão de classes e a busca desenfreada pelo lucro sem considerar o equilíbrio dos ecossistemas.

Pensar racionalmente é o que separa o homem dos animais e toda a base do Iluminismo é que o pensamento racional é domínio exclusivo do homem branco. Mesmo a ideia de trazer luz ao mundo – e de que a Europa é o farol apontando seu feixe de luz para os cantos selvagens e obscuros do mundo – é instrutiva. [...] Se o mundo não tivesse sido construído à imagem da supremacia branca, a estrutura racial intelectual do Iluminismo teria sido impossível. Ficava evidente que os

nativos das Américas eram inferiores porque haviam sido exterminados. Os negros eram obviamente mais próximos de animais de abate do que de humanos porque haviam sido escravizados. Os indígenas não tinham nenhuma contribuição notável porque o Ocidente já havia saqueado suas sociedades (Andrews, 2023, p49-50).

Nesse pensar se fundamentou a necessidade do amplo espectro do processo colonial: a destruição da natureza para acúmulo de riquezas através do consumismo do que se explora e se produz para sociedades europeias ou uma pequena elite de colonizadores; e destruição que se promove utilizando uma “ética” e uma “moral” cristã, branca e europeia de expropriação do corpo e da alma do não europeu. Soma-se a isso a própria necessidade de desestruturação e destruição do que se pode considerar uma ética de convivência com a natureza e com os outros que já existia nas Américas e na África. O resultado é o desequilíbrio de forças contra o ambiente que não consegue se reerguer na experiência e na resistência dos seus povos originários.

Diante desses desequilíbrios ambientais ocorridos de forma desenfreada nos últimos anos, a natureza começa a refletir seus impactos de forma direta na vida humana, com isso, inicia-se o processo de interesse da humanidade pelas causas ambientais onde se reforça uma preocupação política e social com o meio ambiente, cujas raízes começam a aflorar a partir da década de 1960, a partir da gênese dos movimentos sociais que explodem em todo o mundo (mulheres, negros, operário, entre outros) quando se começa a questionar a ordem instituída e a necessidade de um processo de descolonização sob um viés ético decolonial, muito embora nos anos 1950 com o surgimento do anticoncepcional, do movimento hippie, do rock-and-roll já se tenha uma promissora manifestação de crítica aos modos de vida da sociedade capitalista e consumista (Gonçalves, 2006).

De forma contraditória afirma Marcuse (1977), em sua obra *Um ensaio sobre a libertação*, analisando os aspectos pertinentes a sociedade de consumo, que esse processo é obsceno, pois é capaz de produzir e exibir de forma indecorosa uma abundância sufocante de mercadorias, ao mesmo tempo que priva largamente as suas vítimas da satisfação de necessidades vitais; e acrescenta que essa obscenidade se manifesta no fato de atulhar-se de bens, enquanto as suas “latas” de

desperdício envenenam o mundo dos explorados, sob o auspício do sorriso dos políticos e das orações e da sabedoria de intelectuais tolerantes e coniventes.

Dumoulié (2016) chama a atenção para o fato de que o sujeito vive preso em uma ética contraditória em relação ao consumo, pois é preciso pagar o preço da frustração e consumir até o delírio os produtos derivados que o serviço de marketing da máquina fantasmática não deixa de lançar no mercado. “Esta gestão do consumo degradado, frustrante e culpabilizador, ganhou desde então o nome de “cultura”: cultura de empresa, cultura de mídia, cultura de periferia, cultura hip-hop, cultura de consumidor, cultura de espectador, etc.” (Dumoulié, 2016, p. 18-19) Se a mão poderosa do explorador colonizador e Estado iniciou o processo, no hodierno são os jornalistas que se encarregam diariamente de rebaixar de um grau suplementar a língua, o gosto, a moral pública, o sentido dos valores, e de corroer toda forma de resistência do espírito.

Neste contexto de alta espiritualidade, o consumo tornou-se um ritual de sacrifício, como continuidade dos sacrifícios oferecidos ao deus mercado pela natureza devastada e pelo sangue dos escravizados e explorados. Os objetos têm o destino de todos os ídolos após nos devotarmos ao seu culto com uma abnegação sem limites, temos que sacrificá-los à vontade de um deus obscuro que agencia e manipula um fantasma, pois muito rapidamente eles se revelam numa ética esvaziada do outro (seja a natureza ou a humanidade).

O planeta Terra não possui capacidade de carga para universalizar o padrão de uso da natureza como recurso de processos produtivos humanos, conforme os preceitos do enfoque de desenvolvimento meramente econômico. Sabe-se que a orientação dos estilos de desenvolvimento passa por opções de caráter ético. Mas essa dimensão, embora frequentemente invocada, poucas vezes é enfrentada em profundidade (Florit, Sampaio, Philippe Jr., 2023, p.3).

Uma ética decolonial passa necessariamente por um “ouvir” os remanescentes dos povos originários e os afrodescendentes, considerando que o capitalismo e o neoliberalismo procuraram manter o foco em uma ética relativista ou mínima, a partir da concepção da natureza como um recurso que deve ser aproveitado em benefício da economia e do consumo (Grimm e Alcântara, 2019).

Dessa forma, as atuais concepções de desenvolvimento que explicam o uso e aproveitamento da natureza em relação à dinâmica do consumismo e que remete, historicamente, à problemática socioambiental, exige uma revisão de conceitos de sustentabilidade, de uso de recursos e de dignidade humana. “Diante da magnitude e da diversidade de resistência despertada na América Latina em relação à cosmovisão dos povos indígenas, expressões subjetivas de sensibilidade (de) coloniais se expressam frente às contradições de acumulação contemporânea” (Grimm e Alcântara, 2019, p.195).

A América Latina passa por uma crise ética, principalmente nas questões socioambientais motivadas pela economia extrativista, pelo agronegócio predatório, o que para Dussel (1998) pode ser considerada uma crise ética na qual a vida do povo não interessa e onde a participação democrática não passa apenas de um discurso vazio e pelo qual as vítimas não se movem para a sensibilidade e a corporeidade de sofrimento do outro, que exige responsabilidade cósmica e humana.

Para uma compreensão melhor da necessidade do engendramento de uma Ética da Libertação, partimos dessa realidade latino-americana que carrega, em seus traços neocoloniais, a natureza imposta pelos exploradores e se perpetua nos dias de hoje pela atenção da mídia e das redes sociais, sempre a serviço do capitalismo, do globalismo neoliberal. Nesse ponto, se faz necessário ressuscitar uma Categoria Analógica da Filosofia da Libertação de Dussel (Mance, 2022), a de **Alienação**.

Para Dussel (2012) a alienação consiste no fato de se tomar outro enquanto instrumento (vimos anteriormente como isso ocorreu em relação aos latino-americanos e africanos e a natureza), ou seja, um ente com um sentido de utilidade, enquanto serve de mediação para a realização de um projeto que tem como pano de fundo o aniquilamento da distinção. “A alienação é resultado de uma práxis de dominação, que é a afirmação prática da totalidade e seu projeto”.

Como o projeto do sistema imperante se impõe univocamente a todos os entes em seu horizonte de abrangência, todos recebem um sentido em função da realização de tal projeto. Assim, a ontologia justifica a ação dos poderes que valendo-se de inúmeros mecanismos, impõe a realização de seus próprios projetos. Historicamente os dominadores do espaço geopolítico, por exemplo, afirmavam manifestar os deuses, a democracia, a liberdade ou a civilização para justificar o exercício de seu poder opressor (Mance, 2022, p.210).

Na concepção de uma Ética da Libertação, Dussel (2012; 1986) defende que a libertação consiste na desalienação das pessoas, povos, culturas, entre outros, no enfrentamento ao processo ontológico usado pelos dominadores e pela elite que acredita que pode aniquilar o outro na inocência, na virtude e no dever, partindo do processo de impessoalidade do inimigo que é diferente dentro da Totalidade dele.

O processo de desalienação passa por uma visão de alteridade, uma rebelião contra a degradada dialética de instrumentalização das relações interpessoais e interculturais. É necessário que o outro não seja apenas compreendido como um ente no mundo, pois o seu rosto o revela como um mistério, como uma epifania para além dos horizontes de sentido do mundo e de qualquer projeto possível de libertação (Dussel, 1986). “A desalienação é um processo em que outro vai se tornando sujeito de sua própria história” (Mance, 2022, p.210).

Nesse processo de desalienação, o sujeito histórico se percebe como aquele que é capaz de produzir suas condições éticas de existência, amparado no respeito à natureza, na construção de um ideário em que o consumo dos bens supérfluos deixa de ser prioridade e uma consciência de que sua vida é produto de uma exploração capitalista e neoliberal que exige resiliência, solidariedade e uma convivência em prol da comunidade e pela comunidade. Nasce, nessa consciência da capacidade não imitativa e nem reprodutiva dos valores ocidentais europeus, o processo de decolonização. “Nessa linha de raciocínio, o desafio crucial parece estar associado ao esforço de desconstrução pela base da visão de mundo antropocêntrica e materialista herdada do racionalismo clássico de corte newtoniano-cartesiano” (Vieira, 2019, p. 29).

Dussel (2012) ao esboçar uma trajetória histórica da ética, incluindo os espaços de sua construção histórica pelos povos originários americanos, estabelece uma proposta de uma ética decolonial, ou seja, um pensamento ético na perspectiva dos povos da América em suas tradições culturais e seu desenvolvimento enquanto sociedade humana, em um processo de resiliência e resistência a globalização-exclusão, pensando, ao mesmo tempo, na retirada da ética do campo do subjetivismo/relativismo individual para compreendê-la como uma práxis de uma ação política pública.

Isso porque:

A conduta da desproporção, do excesso, do viver sem limites pareceria antecipar o alerta sobre a forma de viver, de produzir e de consumir dos modernos, especialmente se levarmos em conta como vivemos nossa experiência com a natureza usada como recurso produtivo, pelo produtivismo exacerbado do mercado (Floriani, 2019, p.79).

Esses modos diferentes de subjetivação (princípios, exploração, consumismo, acomodação, entre outros) além de culturais, fazem parte de uma coleção de valores que se expressam através de justificativas diante da realidade e, em sua vertente mais radical, assumem aspectos ideológicos que passam a perpassar as crenças políticas e religiosas. Contudo, alerta Floriani (2019) que não existe uma forma de superar modos de pensar dos modos de fazer e dos modos de subjetivação, o que implica que, o amálgama desses atributos no modo de ser social e, portanto, cultural das sociedades humanas, a partir de suas singularidades, define os contornos e os padrões ontológicos, que se apresentam diferenciados entre modos de viver, de perceber e de nomear o mundo, bem como de se apropriar material e simbolicamente dele.

Como fundamento, nota-se nos modos de pensar de cada uma das culturas (orientais, ocidentais, africanas, latino-americanas, oceânicas, polinésias, etc.) que aparentemente trata-se de mecanismos lógico-simbólicos com similitudes, o que define essas diferentes formas são de fato os processos de significação e de identificação cultural com a natureza e a maneira de representá-la desde as práticas materiais de sua apropriação e transformação (Floriani, 2019, p.83).

Dessa forma, é imprescindível que se tenha a consciência, na perspectiva de Dussel (2012), que quando nos referimos ao processo de decolonização e da necessidade de uma ética latino-americana, tem-se em mente primeiro o eixo de exclusão gerado pelo globalismo e o neoliberalismo que imprimem uma prática de atividades humanas materiais, centrado na perspectiva econômica e de produtividade (de mercado) através de políticas imperialistas e discriminatórias de uma imensa maioria da população explorada (espoliada), que não consegue produzir um sistema de ação social que leve em consideração as atividades culturais, políticas, religiosas, estéticas, científicas, técnicas, morais que envolvam o sujeito individual e coletivo,

capaz de governar a si mesmo e a partilhar o governo com todos os outros (cuidar de si e cuidar do outro – ser humano, natureza).

Neste sentido, são um claro exemplo aqueles que conseguem produzir o processo de decolonização, pela desobediência civil e toda sorte de inovações que colocam em questionamento velhos costumes e hábitos, com a clara pretensão de produzir transformação à luz dos valores autóctones. Isso se faz mais necessário, por exemplo, uma ética crítica em países da América Latina, “em que a opressão econômica e política tem sido legitimada desde ideologias morais que encobrem a opressão”⁵ (Cortina, 2000, p.27).

Para Cortina (2000), reforçando as ideias de Dussel, “tanto a teologia como a ética da libertação tem denunciado e denunciam como os opressores legitimam suas ações desde a consciência moral vigente”⁶ (p.27) de forma que os que se rebelam contra o sistema opressivo e devastador do homem e da natureza e veem no lucro auferido do consumo desenfreado a sua gênese moral (ideológica) passam a acusar os oprimidos de imorais.

⁵ *en que la opresión económica y política ha sido legitimada desde unas ideologías morales, que encubrían la opresión (Cortina, 2000, p.27).*

⁶ *Tanto la teología como la ética de la liberación han denunciado y denuncian cómo los opresores legitiman sus acciones desde la conciencia moral vigente (Cortina, 2000, p.27).*

3 ÉTICA DA LIBERTAÇÃO E CONSUMO

É certo e notório que o consumo se espelha em um processo caracterizado elusivamente pela atividade de consumir que faz com que a sociedade seja percebida em sua dimensão supérflua, ostentatória e/ou de abundância, envolvendo uma discussão moral e ética sobre os efeitos dessa realidade que envolve o meio ambiente de onde se extraem os produtos primários dos processos industriais, como por exemplo o lítio para as baterias de *lphones*, e sobre o ser humano, exploração do trabalho humano para a aquisição e acesso à matéria-prima (Barbosa, 2004).

No pensamento desenvolvido por Barbosa (2004) há a convicção de que o reconhecimento do consumo é ponto central para a compreensão do processo de reprodução social de qualquer sociedade, o que faz com que todo e qualquer ato de consumo seja um dado cultural e, acrescenta que as ações de consumo provocam, reproduzem e estabelecem mediações entre os significados e os fluxos da vida social.

A cultura do consumismo é típica de uma sociedade de mercado e um dos problemas é justamente se tornar, no hodierno, o foco central da vida social, ou que faz com que “práticas sociais, valores culturais, ideias, aspirações e identidades são definidas e orientadas em relação ao consumo ao invés de engendrar para outras dimensões sociais como trabalho, cidadania e religião entre outros” (Barbosa, 2004, p.32). A cultura do consumo implica que os valores relacionados às atividades de consumo e de mercado transbordem para outras áreas que possuíam outros critérios e outros certificados, minimizando a questão ética relacionada aos processos produtivos e mesmo, ao consumismo.

A maioria do que os indivíduos consomem e que traduz a lógica do consumismo se encontra sob a forma de mercadorias, o que significa que produtos, experiências e mesmo serviços se apresentam como produtos ou subprodutos para serem vendidos e revendidos no mercado. O acesso das pessoas a essas mercadorias é consequência imediata da distribuição dos recursos materiais e culturais na dinâmica existencial das sociedades, ao mesmo tempo que está associada às questões das relações de mercado, ou seja, salário e classe social, o que faz com que a mesma relação que instaura o assalariado, instaure o consumidor. “A cultura do consumidor é, portanto, a cultura de uma sociedade capitalista e é estruturalmente incompatível

com uma economia planejada ou com leis suntuárias” (Barbosa, 2004, p.33). Incompatível, inclusive, com uma distribuição de renda que possibilite ascensão das classes mais desprovidas de acesso a bens de consumo requisitados pelas classes mais altas, especialmente aos bens que atendem as necessidades dos espaços mais altos da pirâmide de Maslow.

A cultura do consumidor é impessoal no sentido que as mercadorias são produzidas para um mercado de massas e não para indivíduos específicos. O consumidor não é alguém conhecido, mas um sujeito anônimo que só pode ser construído como objeto. A cultura de mercado é universal porque, pelo menos como princípio, todos nós somos livres e iguais e podemos adquirir o que quisermos, sem qualquer restrição legal ou de *status*, desde que tenhamos os meios financeiros para fazê-lo. Da mesma forma que a cultura do consumidor não restringe quem pode ter acesso ao mercado, ela também não restringe o que pode ir para o mercado (Barbosa, 2004). Nesses pontos reside a problemática ética, numa tentativa do mercado de relativização dos valores universais que possam ser comuns a construção de uma vida de respeito e convivência harmoniosa dos homens entre si e com o meio ambiente. De onde vem o perigo no processo de relativização ética ou de uma pseudo ética construída sobre os valores do globalismo excludente?

As necessidades dos consumidores são ilimitadas e insaciáveis. Na cultura do consumidor as necessidades de cada um de nós são insaciáveis. Esta sensação de insaciabilidade é interpretada de duas formas distintas: A primeira, a vê como uma consequência da sofisticação, do refinamento, da imaginação e da personalização dos desejos e necessidades das pessoas e/ou da vontade individual de progresso econômico e social. A segunda, como uma exigência do sistema capitalista para a sua própria sobrevivência. A necessidade deste por um crescimento permanente cria uma ansiedade acerca da possibilidade de algum dia essas necessidades serem satisfeitas ou financiadas (Barbosa, 2004, p. 34).

Nesse processo, pode-se identificar dois problemas fundamentais que se incorpora à questão humano e socioambiental historicamente construída como um desastre da espoliação e exploração humana. Autores como Walter Benjamin (1892-1940) e Herbert Marcuse (1898-1979) descendentes diretos da Escola de Frankfurt, perceberam as contradições inerentes ao processo de construção do capitalismo,

seus antagonismos em relação à produção, forças de produção e satisfação das necessidades.

Marcuse (1967) em sua obra *Cultura y sociedade*, afirma que:

O contraste entre o hino à ordem natural e orgânica e a ordem factual existente é demasiado violento: há uma contradição evidente entre as relações de produção e o nível alcançado pelas forças de produção, e a satisfação das necessidades que este grau de produção o desenvolvimento torna possível. É, portanto, uma economia e uma sociedade que estão contra toda a “natureza”, uma ordem que se mantém graças ao poder de um enorme aparelho, um aparelho que pode representar o todo, acima dos indivíduos, porque os oprime; uma “totalidade” que consiste no domínio total de todos⁷ (Marcuse, 1967, p. 17).

Nesse caso, pode-se afirmar que a cultura do consumo representa a importância crescente da cultura no exercício do poder, seja o poder de escolha dos indivíduos em relação aos produtos que irão lhe satisfazer suas necessidades secundárias, seja o poder exercido pelo próprio capital pelo marketing e a propaganda com a finalidade de aumentar o consumismo e assim, auferir lucros para uma elite do poder econômico e político, ou seja, o que passa por cultura nas sociedades capitalistas está mais a serviço dos interesses de grupos econômicos poderosos.

E sobre o capitalismo e suas nuances, Benjamin (2013) afirma que este se comporta como religião, tomando emprestado, desde sua gênese, elementos do cristianismo, a ética cristã, especialmente protestante calvinista, no qual acumular riquezas torna-se bênção em oposição a pobreza considerada uma espécie de maldição:

O capitalismo presumivelmente é o primeiro caso de culto não expiatório, mas culpabilizador. Nesse aspecto, tal sistema religioso é decorrente de um movimento monstruoso. Uma monstruosa consciência de culpa que não sabe como expiar lança mão do culto, não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para martelá-

⁷ *El contraste entre el himno al orden natural y orgánico y el orden fáctico existente es demasiado violento: hay una contradicción evidente entre las relaciones de producción y el nivel alcanzado por las fuerzas de producción, y la satisfacción de las necesidades que este grado de desarrollo posibilita. Se trata, por consiguiente, de una economía y de una sociedad que están en contra de toda “naturaleza”, de un orden que se mantiene gracias al poder de un enorme aparato, aparato que puede representar al todo, por encima de los individuos, porque los oprime; es una “totalidad” que consiste en el total dominio de todos* (Marcuse, 1967, p.17). Tradução livre por Adailton P. Melo.

la na consciência e, por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus nessa culpa, para que ele se interesse pela expiação (Benjamin, 2013, p.57).

A diferença é que a culpa no cristianismo está relacionado ao pecado que se expressa na posição antiética do sujeito em relação ao outro e, algumas vezes a si mesmo. No capitalismo o deus dinheiro culpabiliza a impossibilidade de não se acumular riqueza e a ética passa a ser algo relativo às condições interpostas pelos sistema produtivo e de mercado. Aqui nasce a idolatria de mercado em que o sacrifício humano e da natureza (meio ambiente) é a oferta ao seu deus, desde que gere riquezas para um pequeno grupo economicamente poderoso.

Uma análise apresentada por Floriani (2019) em *Natureza da ética e ética da natureza: pensar, fazer, subjetivar, julgar e decidir no socioambientalismo*, apresenta um panorama em que o debate que se trava o âmbito da ética nos hodierno, não pode deixar de considerar a mediação das relações dos seres humanos com a natureza, bem como dos limites e das potencialidades de sua criação em escala progressiva.

Sabe-se que o planeta passa por um processo de mudanças que é marcado pela associação entre a globalização e o neoliberalismo em um mundo descolonizado e pós-colonialista. Boff (2010) acrescenta que a cosmologia da atualidade ainda é a da conquista, da dominação, da exploração do mundo, tendo como meta o progresso e o crescimento ilimitado, uma cosmologia extrativista e dominante que traduz a forma como compreendemos o mundo e nos relacionamos com ele, incluindo elementos sociais, concepção do ser humano, ética entre outras, que se traduzem em práticas e se espelham no universo do consumismo e da destruição do meio ambiente.

3.1 ÉTICA: RESGATAR O HOMEM E O MEIO AMBIENTE

O processo de passagem do sistema agrário para as sociedades urbanas e industriais cujo início remonta ao século XVII, coincidindo com o avanço da urbanização, do consumismo, tem uma relação direta e problemática com a questão da interação homem e natureza, implicando em questões de natureza ética que serão

em tentativas múltiplas respondida a partir do viés econômico do capitalismo nascente (Costa; Amorim, 2023).

Coincidentemente é o momento do nascimento do Estado Liberal, explorador de riquezas no Novo Mundo que terá sua natureza ética justificada por autores como Hobbes, Rousseau, Kant, entre outros. Uma ética construída sob o alicerce de uma visão cristã, europeia, capitalista, monopolista, que incidirá na equação da realidade meio ambiente, consumo e escravidão nas Américas e na África. Na percepção de Costa e Amorim (2023) essa dinâmica de exploração dos biomas para o consumo dependia da capacidade de superação de um possível atraso por força do progresso material direcionado à busca do conforto e da felicidade humana. Obviamente do europeu, com o ávido desejo de acúmulo de riquezas.

Observe-se que no período em que se dá o ciclo sistêmico de acumulação capitalista liderada pela Inglaterra entre o final do século XVIII e início do século XX, por exemplo, a polaridade entre civilização e barbárie não deixava de refletir a identificação da natureza como hostilidade ao próprio avanço civilizacional. O que não irá ocorrer da mesma forma quando esse ciclo é conduzido pelos Estados Unidos ao longo do século XX, assentado em uma dinâmica de subdesenvolvimento dos países pobres, com a exploração dos mercados consumidores e do próprio meio ambiente (Costa; Amorim, 2023).

Ferry (2023) assinala que a concepção dominante de desenvolvimento pautado no desafio da escassez de recurso, mas associado a ganhos de produtividade pelo consumo de materiais tecnológicos, recursos que são exauridos do meio ambiente e que vêm produzindo a emissão de gases de efeito estufa em toneladas, exige um repensar, o que move eticamente o ser humano para viver em sociedade e em harmonia consigo mesmo e com a natureza, procurando identificar e minimizar o consumismo desenfreado que vem desembocando nos desastres pelas mudanças climáticas, consequência da exploração dos recursos para incremento dos produtos para consumo.

Dussel (1977) inicia seu processo de análise de uma ética da libertação recordando que a história da América espanhola ou mesmo das Índias ocidentais sempre foi pautada como um sistema de dependência do homem da periferia com relação a dominação do centro norte-atlântico. A América Latina é definida metafisicamente como um espaço que carrega em si a ausência de totalidade,

enquanto produto de uma cristandade colonial, para a qual se impõe um novo padrão de desenvolvimento, que não precisa sacrificar o ritmo de expansão, tampouco a qualidade do desenvolvimento, pois é movido pela mudança da cesta de produção e consumo de bens e serviços à disposição da sociedade que se estabelece como produtora dos produtos a partir da exploração do homem e do meio ambiente, em função do acúmulo de riquezas e da negação do outro e da totalidade.

Dussel (1977) entende que a ontologia da Totalidade pode ser considerada um mal originário e o homem ao seu executor. Isso ocorre porque há uma visão fechada, ou seja, uma aversão ao Outro e, ao mesmo tempo, uma consideração de que o homem perfeito é aquele que tem mais riqueza, mais propriedade, não havendo nesse espaço temporal nenhum mal que possa ser considerado ético. Daí a necessidade de uma ética latino americana que encontre no processo de construção da alteridade, a conversão ao Outro (ser humano, natureza, meio ambiente), “na qual sua manifestação mais radical é a liberdade e a criação” (Dussel, 1977, p.48).

Em Dussel (1977), ontologicamente, a eticidade é o fundamento de um projeto de abertura ao Outro, evitando uma moralidade da legalidade e despertando a consciência dos sujeitos para a construção de uma práxis libertadora da alienação, das falácias (pode-se dizer das *fake news*), tendo como pano de fundo a objetivação da construção de uma Pátria nova.

A práxis que se funda no projeto aberto do não-ao-Outro não é “serviço” (*habodáh*) mas escravização (*habdut*); não é um agir analético que gratuitamente trabalha em vista do Outro como outro, mas que é um agir ôntico (ou, no melhor dos casos, dialético dominador imperial) que pela dominação reduz o Outro à escravidão; coisifica-o como algo a seu serviço; submete o Outro dentro da Totalidade que é proposta como definitiva a partir do poder usado em benefício próprio. Todo ato moralmente mau tem significado de dominação ou alienação sobre outro homem, e o constitui como instrumento do próprio fim absolutizado (Dussel, 1977, p.90).

Essa prática foi exercida no processo colonizador, o que faz com que nos dias atuais para se compreender uma práxis que envolva o Outro, não se deixe de lado o meio ambiente como outro. Para tanto, faz-se necessário identificar a especificidade da dinâmica dos biomas e as possibilidades de integração de suas comunidades locais nas cadeias de valor, produção e consumo e reservar parte de investimentos

ao enfrentamento do desafio de aclimatar o novo padrão de desenvolvimento segundo as especificidades da dinâmica exploratória do neoliberalismo e da globalização excludente.

Barreto Jr e Sirvent (2023) em sua obra *Cristianismos decoloniais – perspectivas latinxs e latino-americanas*, ao analisarem a lógica industrial-capitalista entendem que esta, busca reduzir ou minimizar o alcance ético em relação ao meio ambiente e controlar seu significado como faz em relação ao trabalho humano. Dessa forma, se cria como paradigmas em relação ao uso e abuso do meio ambiente um paradigma mecânico-químico, que se afirma no uso dos biomas por meio de conjuntos de soluções selecionadas para o controle tenso da natureza para que corresponda às necessidades industriais e capitalistas e um outro, que pode ser chamado de agroecológico-florestal, de natureza ética que orienta as soluções tecnológicas em uma perspectiva harmoniosa com a natureza original, de gestão da diversidade dos sistemas botânicos e da sua autonomia em relação às fontes exógenas de energia e nutrientes.

O que se percebe nessa dinâmica de uma práxis ética libertadora é que os indivíduos, enquanto seres sociais não podem deixar de considerar ou aprender noções de bioeconomias biotecnológicas e de bioprodutos, pois fazem referência a variantes de biologização ou esverdeamento das trajetórias mecânico-químicas em evolução, sendo estas últimas responsáveis pela relativização de uma bioética ou ética ambiental em função da lucratividade que pode oferecer esses mesmos biomas.

Assim como se faz necessário um processo de decolonização para a descolonização da América Latina (também da África e Ásia) se faz necessário decolonizar em relação com o meio ambiente a partir de diferentes possibilidades agrupadas em portfólios técnicos de descarbonização, reflorestamento, valorização de produtos energéticos e domesticação de espécies botânicas.

Tudo isso porque, do ponto de vista ambiental, o resquício histórico das chamadas plantations que dizimou comunidades inteiras de seres humanos e devastou uma parcela considerável dos biomas florestais nativos, ocasionou o que hoje se tem como desordem climática, desaparecimento de espécimes animais e vegetais. Esse modelo foi alterado apenas ao final do século XIX, no caso do Brasil, com a exploração da nova região rica do país, o Sudeste. Contudo, a dinâmica de

exploração e devastação continuaria até se aguçar com o surgimento das grandes plantações de soja no século XX.

Dessa forma, há de se concordar que a crise ambiental não é um problema atual, há décadas sofremos com a mesma, pois, o que se percebe é um processo histórico baseado tanto no crescimento populacional, quanto na questão irracional no padrão do consumo e produção de bens e serviços.

Segundo Leff (2009) a destruição do meio ambiente é o sintoma explícito de uma crise de civilização, marcada pelo modelo de modernidade regido pelo predomínio do desenvolvimento da razão tecnológica sobre a organização da natureza.

O Brasil (como exemplo) vem há anos sofrendo com a crise ambiental, tal processo é o resultado de vários desafios ambientais que se deixarmos de lado, tendem a se agravar. Com isso, temos várias consequências, sendo elas em caráter imediato e tardio, porém, tanto uma quanto outra, reflete em nossas vidas e as futuras gerações. Consequências essas, que se tivermos uma sensibilização sobre nossos atos, podemos com certeza não resolver os problemas, mas, amenizá-los.

A atual crise econômica acaba por provocar efeitos negativos e positivos sobre o ambiente. Os negativos resultam da pressão para redução do controle ambiental das atividades econômicas, como se em um momento de crise fosse possível um empréstimo do capital natural, a ser pago em uma época economicamente mais favorável. Os efeitos ambientais positivos da crise econômica, entretanto, são resultantes da natural redução do consumo durante uma depressão, que reduz também a geração de resíduos e a pressão sobre os ecossistemas. Isso pode ser visto como a oportunidade para se repensar o panorama econômico, avançando em direção a alternativas de crescimento menos agressivas ambientalmente.

Reforçando que os dois fatores importantes e grandes contribuintes para a crise ambiental atual seja o progresso industrial e o aumento populacional, revela:

Nos dois últimos séculos, o desenvolvimento da sociedade industrial e o crescimento da população humana têm causado impactos ambientais sem precedentes, tais como: poluição; aumento da temperatura global; destruição da camada de ozônio; esgotamento de fontes de energia e de outros recursos naturais; extinção de espécies (Amabis; Martho. 2013. p. 152).

Tais condições, são colocadas como consequências desastrosas a nível ambiental, as quais, classificamos como imediatas e tardias, refletindo uma dinâmica em que as questões éticas são deixadas de lado, em nome de moralidades que funcionam como justificativa para a exploração e o acúmulo de riqueza (de poucos) por parte da ordem consumidora. Ora, a ética da libertação é essa escuta, essa interpelação originária do oprimido que em se afirmando, afirma um projeto e história cultural de resgate de um outro modo de ser e estar-no-mundo, de gente, de ser na Terra. Como diria Dussel: “Trata-se de uma ética da vida, isto é, a vida humana é o conteúdo da ética. [...] Onde se afirma a dignidade negada da vida da vítima do oprimido ou excluído” (Dussel, 2012, p.93).

A denúncia de uma totalidade absorvente e absoluta, de uma globalização consumista sem outro e sem outrem, é, também, parte da resistência que nos faz invocar a ética da libertação como dinâmica decolonial e anti-consumista.

3.2 ÉTICA DA LIBERTAÇÃO LATINO-AMERICANA

Sabe-se que a destruição de uma ordem injusta somente ganha sentido se houver a reconstrução de uma nova ordem e, nesse caso, como afirma Mance (2022) e Dussel (1977) a libertação somente ocorre numa práxis que seja capaz de subverter a ordem alienante que toma o outro (homem e natureza) como um mero ente.

Assim, se faz necessária “a crítica à ontologia e a todos os sistemas que ela suporta. A crítica à ontologia se funda desde a exterioridade metafísica da alteridade, à qual se tem acesso pela escuta de sua palavra” (Mance, 2022, p.210). é o momento de ouvir a palavra do outro como momento analético, ou seja, uma abertura ética na relação com a alteridade.

Isso se projeta no que Boff (2014) expressa como a necessidade de haver uma reinvenção e o encontro de uma justa medida, que significa o cuidado com o outro e com a natureza em sua extensão como um todo e não apenas de partes. Significa, para Boff (2014) que é essencial viver uma ética que tenha como ponto de partida uma ética com fundamentos comuns a todos os seres vivos, uma ética que construa dois processos distintos e convexos, uma ética globalizada, encarnada na dinâmica

da existência, considerando que na atualidade, a relativização da ética (confundida muitas vezes com moralidades de grupos de interesse) e que regem as relações humanas não é capaz de abranger todos os povos nem todas formas de ser no mundo, no sentido de ocorrer um processo de organização de um modelo existencial ou uma práxis que seja capaz de estabelecer parâmetros de preservação da espécie humana e do planeta.

A ética da libertação de Dussel se inscreve no contexto da proposta da filosofia da libertação, que surge como uma crítica aos fundamentos filosóficos da modernidade, os quais se encontram atrelados a uma ideia colonialista e pós-colonialista de dominação, conquista e totalidade. Ela se apresenta como uma proposta factual de atenção à exterioridade do outro desde a sua positividade, que se encontra excluída da ordem mundial e apela por justiça (Dussel, 2012).

A filosofia da libertação indica um novo modelo de racionalidade que deve se pautar, fundamentalmente, em uma ética voltada para a periferia. Como foi visto anteriormente e merece ser retomada na presente reflexão, a crítica proposta por Dussel se espelha no fato de que a filosofia que conhecemos e toda a cultura em seu entorno são reflexos de um processo civilizatório eurocêntrico encobridor.

Em sua obra *Ética da libertação, na idade da globalização e da exclusão*, Dussel (2012) inicia com uma revisão histórica mundial da ética e termina afirmando que “uma filosofia da libertação” (genitivo objetivo: seu tema) parece que deveria antes de tudo partir de uma libertação da própria “filosofia” (p.67). O autor segue com a reflexão sobre os fundamentos da ética, passando pelo utilitarismo, o comunitarismo, algumas éticas de conteúdo e chega a conclusão que a ética material se faz necessário um princípio moral ou “de racionalidade discursiva prático-intersubjetiva” (p.145).

Segue-se uma análise sobre a moralidade formal, partindo da transcendentalidade kantiana, do formalismo neocontratualista de Rawls, da ética do discurso de Apel e da moral formal de Habermas, chegando ao que poderia ser uma aplicação do princípio de validade moral, o qual trabalhará no capítulo que fala da *factibilidade ética: o bem*. Partindo do conceito de factibilidade de Hinkelammert acentua a racionalidade como seu caráter de eficácia e operacionalidade que culmina no ato ético que é o bem com suas consequências.

Dussel chama a atenção para a crítica do sistema vigente a partir da negatividade das vítimas e utiliza como estrutura de análise conceitual comparativa a crítica da economia política de Marx, a teoria crítica de Horkheimer, Adorno, Marcuse e Benjamin, a vontade de viver de Schopenhauer, a vontade de poder de Nietzsche, o princípio de morte de Freud, sensibilidade e alteridade de Levinas, e chega ao que ele denomina de princípio ético-crítico, tema medular da ética da Libertação. “Para a Ética da Libertação [...] a possibilidade do malo se encontra simplesmente na finitude humana: isto é, na impossibilidade de um conhecimento de uma pulsão (amor) perfeitos” Dussel, 2012, p.376). Termina afirmando que a aplicação do princípio ético-crítico é primordialmente uma tarefa da comunidade das vítimas que devem se autorreconhecerem como dignas e se afirmarem como auto responsáveis pela sua libertação.

Considerando-se tais premissas, Dussel (1977; 2012) considera que o *ego cogito* cartesiano, considerando um dos alicerces mais sólidos da modernidade, é a expressão do *ego conquisto* de Hernán Cortés (o conquistador de Yucatán) ou mesmo de Pizarro. O eu conquisto atravessa e consolida a proto-história da subjetividade moderna, em que o sujeito, o eu, sustenta e afirma o mundo, impondo-o ao outro, desde sua racionalidade universal, em um movimento de aniquilação da diferença.

Isso significa, para Dussel (1977; 2012) que uma vez que o sujeito pensante se encontra voltado sobre si, o sujeito esse europeu, descobre/“inventa” a realidade com a qual ele se depara e a nomina, tomando-a como extensão de sua verdade; em seu fervor racional, o sujeito pensante desconsidera qualquer possibilidade de significação da realidade que escape ao seu próprio ser, permanecendo, por isso, fechado em si mesmo, totalizando-se e totalizando sua concepção globalizante e excludente.

Na reflexão oferecida por Dussel entende-se que a modernidade forjou uma identidade sob uma falsa noção de universalidade, de modo provinciano, regional sob exclusão da periferia mundial como fonte constitutiva do chamado “eu moderno”. Daí, se faz necessário uma contestação desse pressuposto que irá dar sustento ao chamado mundo moderno e que, na verdade, provoca o ocultamento da alteridade. É preciso contestar esse pressuposto que sustenta o mundo moderno e que oculta sua alteridade.

Dussel (1977) sustenta que a racionalidade europeia não é causa da modernidade, mas seu efeito e que funcionou tendo como princípio o apoderar-se, a

conquista, a expropriação, a exploração das vítimas latino-americanas, que tem o ano de 1492 como marco fundante. Pois, compreende-se que o ano de 1492 constitui-se como o marco inicial da proto-história do *ego cogito*, uma vez que a dominação e expansão europeia podem e devem ser compreendidos como um princípio de efetivação do chamado eu moderno, de sua razão; é o pensar do conquistador, do expropriador, explorador que tem como objetivo a aniquilação da diferença e, por consequência do próprio meio ambiente.

Esta violência impetrada contra o “outro”, considerado o mais fraco, despossuído de tudo, se faz pelo estado senhorial, imposto inicialmente pelos colonizadores com a benção da Igreja, sendo estes dois considerados possuidores do homem, da terra, da natureza, haja vista que eles tem a posse que indubitavelmente foi lhe ofertada por alguém que não era o proprietário de fato, o reino. Da posse do espaço geográfico, o domínio se estende à posse das coisas, bichos e gentes. E o sentido de posse se perpetua de geração para geração, constituindo uma elite possuidora, dominadora, a exercer uma violência explícita ou simbólica sobre o outro.

Dussel (1977) indica que a importância originária e hoje universalizada da importância que se dar à propriedade, ao ter, transformou-se em um projeto de vida consumista que faz com que a única razão de existir e viver, princípio de animação dos sujeitos em sociedade, seja algo institucional, ou às vezes inconsciente, produzindo o processo de alienação do outro, uma vez que o destitui da história, da cultura e incorpora o seu corpo como um instrumento passível de ser aniquilado quando não mais útil.

Na percepção analítica de Dussel (1977; 2001; 2012), a sociedade periférica como a latino-americana sempre fora dominada desse seu exterior, sendo os seus movimentos de libertação ou de resgate de uma ética subjacente às suas origens impedida de manifestar-se contra o poder dominador e explorador, não permitindo que as mesmas conduzissem qualquer desenvolvimento de corpos e de autonomia. Para Dussel o que se pode denominar de *ethos* é o conjunto estruturado de atitudes que predeterminam a ação, e assim, o *ethos* do dominador, seja imperial individual, ou mesmo nacional dependente, culmina no processo de mistificação, como costumes ou virtudes imperantes, daquilo que foram vícios nos tempos de sua opressão, sendo sempre determinada a práxis individual ou coletiva em conformidade com o *ethos* de quem detém o poder econômico e político.

Mas como ocorrerá essa transformação radical? Segundo Teixeira e Magalhães (2021) essa transformação ocorre de um movimento ético-crítico, que terá como característica a dialética, de afirmação-negação, e utilizará do momento analéptico para a revelação do outro enquanto outro. Nesse sentido, os autores afirmam que em Dussel o que se considera como o discurso negativo acontece a partir da totalidade, porque pensa a impossibilidade de pensar o outro positivamente partindo da própria totalidade; discurso positivo da totalidade, quando pensa a impossibilidade de interpretar a revelação do outro, a partir do outro. “A negatividade das vítimas é que possibilita a descoberta a partir da positividade, pois a condição de possibilidade de conhecer a ‘negação’ originária sofrida pela vítima consiste numa ‘afirmação’ prévia a partir da qual se recorta a negação” (Dussel, 2000, p. 374).

Desse modo, a reflexão que nos é oferecida por Dussel tem como ponto de partida a dialética a fim de pensá-la, repensá-la e conceber uma nova significação para a mesma. Para isso, ele utiliza-se de Aristóteles, Hegel, Marx e Heidegger na busca de entender que “o âmbito próprio da dialética é o ontológico; isto é, a passagem de um horizonte de entes a outro até seu fundamento” (Dussel, 1977, p. 162). Nesse ponto ele procura romper com a forma de compreensão do método dialético de Marx, inserindo o processo de percepção da alteridade sem que isto acarrete a redução da totalidade do outro e o denominará de analético.

Nesse sentido, Dussel coloca como propositura uma transformação da metafísica ontológica em uma metafísica ética, haja vista que não existe a possibilidade de nenhum sujeito se declarar neutro frente a um sistema excludente, explorador e opressor. O indivíduo que se comporta como neutro está se omitindo diante da injustiça e, como consequência, engendrando uma ação que pode ser considerada de antiética. Assumir posições é agir eticamente (Teixeira; Magalhães, 2021).

4 DECOLONIZAR: TAREFA URGENTE

Foi tratado ao final do capítulo 2 que existe uma necessidade de decolonização na América Latina (mas poderíamos também citar na África e em outros continentes do denominado majoritariamente sul global), dada a natureza marcada por disputas de subjetividades e subjetivações como foi construída a consciência ética de nossos povos durante séculos, sob a égide de uma “moral” herdada do Iluminismo, abençoada pela visão europeia, cristã, patriarcal, liberal, machista, xenófoba, preconceituosa, que desde o processo de colonização impôs sua cosmovisão de produção, consumo, exploração do ser humano como projeto civilizatório e divino da humanidade.

No capítulo 3 percebemos a necessidade de uma ética latino americana, ou uma ética da libertação que forneça condições para que os esquecidos, os periféricos e explorados construa uma ética de enfrentamento, da alteridade, da aceitação das diferenças, da solidariedade, da não aceitação do sistema de exploração e alienação, especialmente no âmbito da economia, do consumismo.

A “modernidade” está marcada por fortes tendências de consumo exacerbado e sem o mínimo controle dessa condição que interfere de forma direta e desastrosa ao meio ambiente, onde viver o presente é mais importante do que se preocupar com o futuro que só a Deus pertence.

4.1 DECOLONIZAR: PENSAR A RESPONSABILIDADE PELO OUTRO

Focando-se nesse cenário, a modernidade marcada pelo capitalismo neoliberal, tem como meta e o que se deseja é o constante progresso, ainda que o progresso possa ocasionar riscos ambientais, pois o que importa é viver o presente (Cichelero; Galiotto, 2020,). O mundo globalizado traz consigo o retrato da exploração do homem pelo homem e do homem pela natureza. De fato:

O processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Ao mesmo tempo, vê-se a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros, da cultura europeia, sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado. A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade. Essa tríade

(modernidade-colonialidade-racialidade), continua atravessando as práticas sociais e de poder (Porto; Gonçalves, 2006).

Nessa condição, ainda se tem a fala:

Entendemos a libertação e a práxis ecológica como intimamente ligadas e ambas possuem o elo; partem de duas chagas que sangram: a primeira é a chaga da pobreza na América Latina, e a segunda, a da agressão da terra ameaçada pela depredação realizada a partir do desenvolvimento montado pelas sociedades contemporâneas. Também ambas visam à libertação: uma, dos pobres, a partir deles mesmos como sujeitos históricos organizados, que assumem a sua luta; a outra, a da Terra, mediante uma nova aliança do ser humano com ele e com o tipo de desenvolvimento que respeite os diferentes ecossistemas e uma boa qualidade de vida dos seus cidadãos (Costa, 2011, p.6).

Na percepção de Dussel, como seres humanos engajados na práxis social e política, devemos nos libertar da política do colonialismo, da escravidão dos europeus que invadiram o Brasil para explorar nossas riquezas de forma degradante e cheia de interesses rentáveis, trazendo com eles os conceitos de sociedade, civilização, religião, política, hábitos de vida, dentre outros, que interferiram e interferem até hoje no nosso modo de vida atual, com isso, passamos de donos da terra a escravos dela, gerando assim, um sistema totalmente capitalista. Passamos de autor à réu. Vítimas do regime europeu sem controle.

Estamos alimentando a todo tempo esse sistema de forma opressora em nossas vidas, deixando-nos escravizar pelo consumismo, dando a liberdade aos europeus de continuar comandando aquilo que é nosso e que foram eles que invadiram e hoje passam a controlar e comandar. Como Zatti comenta:

No Brasil, a sociedade fechada, de que fala Freire, é a sociedade colonial, escravocrata e antidemocrática. Não havia o desejo por parte dos colonizadores de construir uma civilização, sua empreitada era apenas comercial: enriquecer e voltar para a Europa. O homem brasileiro surgiu nessa condição culturológica, ela é a origem do paternalismo, do mutismo, da tradição pouco propensa ao diálogo e à democracia que nos acompanha ao longo da história. E assim, proibidos de falar, proibidos de crescer, o país foi se formando em meio a condições heterônomas. Dessa forma, são submetidos a condições concretas de opressão e são incapazes de lutar para se libertar delas (Zatti, 2007, p. 41-42).

Os latino-americanos, teimam em viver a utopia europeia (e, posteriormente, norte-americana), rejeitando o que lhes era próprio, o seu “ser” latino-americano. Deste modo, os problemas não foram resolvidos e até se agravaram. Frente a isso, eles necessitam tomar consciência de sua identidade, do seu ser. Somente deste modo poder-se-á criar uma cultura que não seja europeia. É preciso reagir, a modo próprio, às ideias dos outros, afirmando a própria originalidade. “O europeu soube fazê-lo. Isto faltou ao latino-americano. Este apenas se esforçou por repetir e copiar servilmente os frutos da cultura europeia, em vez de copiar o espírito que os produziu” (Costa, 2011. p. 5).

Necessitamos nos libertar de tudo o que nos oprime, pois somente assim, compreenderemos o sentido das coisas e o funcionamento da natureza juntamente com os seus valores, entenderemos que tudo que nasce um dia morre e tudo o que tiramos e não colocamos de volta um dia acaba e muitas vezes não há mais retorno. Tudo é uma questão de equilíbrio ambiental, onde aquilo que não se equilibra, se desequilibra e todo desequilíbrio gera desgastes e transtornos que muitas vezes passam a ser irreparáveis.

Em se tratando de causas ambientais, passamos a compreender a importância por exemplo de controlar o nosso consumo, pois, quanto mais se consome, mais se extrai recursos da natureza para a produção dos mesmos, levando consigo a escassez e automaticamente o desequilíbrio por parte da lacuna gerada com isso.

A extinção de alguns animais silvestres por exemplo, é um retrato dessa condição. Porque que muitas doenças estão assolando a humanidade? Justamente porque parte desses animais que tinham a condição de “hospedeiro” dos microrganismos foram mortos para a produção de casacos de pele, cintos belíssimos, bolsas e vários acessórios e com valor altíssimo na sua venda, gerando grandes lucros aos seus produtores. Cadê a consciência sustentável em tudo isso? Será que entendemos o verdadeiro conceito de “sustentabilidade”?

Precisamos entender que não é um casaco ou um cinto da pele de um animal silvestre que vai me fazer feliz. Pois a sua morte vai me trazer muito mais infelicidade do que eu possa imaginar. A humanidade é incompleta e tem a total consciência disso, revelando em sua vida a autonomia sobre si própria (Zatti, 2007. p. 53).

Eis o desafio em tudo isso, porque a sociedade prega o consumismo. Infelizmente existe um falso poderio em que, quem mais consome pode mais e quem não o faz, é considerado o pobre, o miserável. De fato, o excluído do sistema.

Quem tem um celular de última geração pode se apresentar de forma transparente na sociedade e sem vergonha de mostrá-lo, porém, quem tem uma “lanterninha”, deve se esconder porque o mesmo é velho e não acompanha o avanço tecnológico. Não tem nenhum valor. Então alimentamos por pressão social a condição de “ter” em vez do “ser”. Consumir para poder se apresentar e ser apresentável. Infeliz condição humana.

Nesse sentido, de acordo com Lipovetsky (2007), o individual se encontra acima do coletivo, pois, a sociedade ocidental da indústria prega a liberdade individual através do consumo, onde o bem-estar e o lazer do cidadão são prioridades acima de suas necessidades de sobrevivência.

Enquanto condição de Professores/Educadores, devemos orientar a sociedade sobre o processo histórico do consumismo, bem como, o jogo de interesses capitalistas sobre sua prática, onde o que se vê hoje em dia é a fabricação de forma proposital de produtos de vida curta, com isso, gerando a necessidade de renovar cada vez mais, pois, existe uma falsa condição dentro da sociedade de que para estarmos inseridos na mesma, devemos consumir mais e mais, tornando-se dessa maneira hiper consumistas, alimentando os países europeus (capitalistas) que dedicam seus esforços a produzir produtos e explorar a natureza para a sua fabricação com tempo de vida útil reduzido, tornando-se assim um ciclo vicioso de consumo no “novo” em detrimento do “velho” sem a mínima responsabilidade com as causas ambientais.

Diante disso, reforça-se a condição de educarmos para a autonomia e para sabermos lidar com esse tipo de pressão social e para nos libertar do opressor. Ainda, educarmos para sabermos do nosso valor e não permitir que esse fenômeno chamado “consumismo” aumente sobre a sociedade de forma desastrosa e sem o mínimo de responsabilidade social e ambiental.

É a partir das inquietações acima que se pensa na necessária virada decolonial, proposta por Dussel (1977; 2001; 2012), no caso da realidade das ciências como uma oposição ou questionamento da universalidade dos métodos e objetos das ciências

sociais como são apresentados na América Latina e pela Europa. O processo de decolonização tem sua gênese na crítica às ciências sociais, enquanto ciência que analisa o homem em sociedade, em relação com os outros, a economia e a política na dinâmica da existência, da ontologia sistêmica.

A virada decolonial do projeto de descolonização das ciências sociais, incluindo sua epistemologia, é um paradigma teórico que emergiu da convergência e síntese produtiva de pelo menos cinco diferentes vertentes teórico-filosóficas: a filosofia da libertação dusseliana, fundamentada em uma fenomenologia levinasiano-schllingiana casada com uma hermenêutica pós-eurocêntrica, pós-helenofílica, pós pax-americana com alcance planetário (Barreto Jr.; Sirvent, 2023, p.51).

A decolonialidade se circunscreve no âmbito de uma teologia da libertação latino americana, enquanto possibilidade de pensar a realidade não pela perspectiva do centro, dos poderes cultural, racional, falocrático, político, militar e econômico, mas a partir do mundo periférico, no qual os miseráveis da Terra passam a ter existência, realidade.

O pensamento de Dussel (1977; 2012) reflete a propositura de uma saída de uma visão puramente conceitual ontologia para uma postura ética existencial, superando a materialidade do opressor e marcando a necessidade de se estabelecer uma materialidade relevada na relação com o outro, o oprimido, na busca constante de sua libertação dos entraves impostos pelos poderosos, hoje expressos no poder econômico que vêem o consumismo como dinâmica do mercado e destruição da natureza e exploração dos mais pobres como instrumento ético de suas riquezas.

A maneira do pensar ético-político de Dussel nos permite dar nome ao rosto, mas não se pode deixar de entrever que a ética da libertação tem como elemento central a vida material que se apresenta na história da humanidade. Mance (2022) afirma que em Dussel a responsabilidade da vida do outro é importante tanto em e é através da história que podemos perceber as relações com o outro (oprimido), que passa por necessidades e carece de libertação.

Na perspectiva da Filosofia da Libertação, o Outro é o oprimido, o explorado, o negado, o assassinado. O outro é o fraco, o pobre, a mulher oprimida e espoliada, o órfão, o menor de rua que se encontra nas cidades Latino- Americanas, são os

pequenos agricultores abandonados no campo e são todos os que sofrem fome. Nesse sentido, a Práxis libertadora é, sobretudo, um serviço: ela provém do outro. A voz do outro que clama por justiça e pede solidariedade.

Em meio aos desafios latino-americanos, especialmente do lugar em que o outro ocupa, especialmente instrumentalizado na ordem econômica consumista e de destruição do meio ambiente, imergir na filosofia da libertação de Dussel passa a configurar uma forma de se ver novos horizontes em uma proposta de educar. Decolonizar para construir autonomia e libertação é um grande desafio. Olhar a realidade pedagógica assim como a proposta filosófica latino-americana a partir de Dussel nos coloca numa perspectiva de discutir acerca da possibilidade de uma filosofia para além dos moldes europeus.

Dussel (2012) parte de uma análise da periferia geopolítica latino-americana, na qual e pela qual somos chamados a transformar a realidade a partir de uma ação que passa pelo caminho educativo-pedagógico o qual deve se pautar no desenvolvimento de uma perspectiva metodológica que envolva o momento material (a vida- poder viver); um momento formal (a validade da intersubjetividade – crítica) e, o que se pode conceber como factibilidade (a elaboração de estratégias).

4.2 UM PROJETO DE LIBERTAÇÃO

Quando refletimos sobre libertação a pergunta principal é que tipo de libertação estamos falando? E acresce-se: libertar de quê? Para quê? O projeto de libertação, fundamento ou ser da ordem futura e nova, não é o prolongamento do sistema (unívoco), mas recriação a partir da provocação ou revelação real da exterioridade do outro, como um processo que é compreendido como uma crítica real do sistema que deve conduzir a ruptura e a destruição (Dussel, 2012).

O contexto de libertação, que envolve a práxis filosófica em Dussel, nos aponta a uma radicalidade contra o sistema capitalista opressor, em que somente uma ruptura e destruição do modo de agir capitalistas nos fazem construir a realidade, visto

que a relação: sair da dicotomia, dominante – oprimido vem a ser a perspectiva do projeto de libertação.

Nesse sentido, temos de pensar que no processo de concretude da vida material, especialmente dos nossos estudantes, o projeto de relação educativa tem que abdicar dos modelos eurocêntricos, ou seja, aqueles ditados e impostos por educadores e filósofos de uma ontologia que não importa o outro, apenas o ser em si, com a finalidade de se atingir o coração dos jovens para o efeito de mudança de cosmovisão para uma visão crítica dos povos latino americanos, sua realidade sofrida que se manifesta através das expressões e vivências culturais, na periferia do mundo.

A leitura de Dussel (1977; 2012) faz perceber a necessidade de uma ética material da vida com o objetivo de regatar a vida negada às vítimas dos sistemas de opressão, construindo uma responsabilidade ético-política que supere o modelo hegemônico e totalitário vigente.

Para o processo de decolonização, a centralidade da filosofia da libertação é imprescindível, haja vista que leva os indivíduos a perceberem que somente existe libertação dos povos marginalizados, através de uma postura crítica, tomarem consciência do seu papel transformador, sendo capazes de se organizarem, criando, desta forma, estratégias e/ou alternativas de eliminação e superação do sistema dominante. Nesse caso, a educação tem um papel imprescindível para dismitificar o cenários das injustiças sociais que são impostas aos mais pobres e mais vulneráveis.

Mance (2022) chama a atenção para o fato de que toda filosofia que fora engendrada fora da Europa, passa a ser vista pelos filósofos europeus com desconfiança. Nesse sentido, Dussel nos propõe uma perspectiva de discussão sobre a possibilidade de uma filosofia e uma educação para além dos moldes europeus, passando, portanto, de uma dimensão meramente ontológica do ser racional a uma nova metafísica, a qual se concretiza na interatividade com outro, estando o tempo todo em busca de libertação.

Observe-se, contudo, que não diz respeito apenas a uma libertação econômica, considerando que a sociedade é muito mais que economia. A sociedade também é ideologia, cultura particular, religião, instituições e organização formal e informal, território, etc. todos esses elementos são forças vivas que não podem deixar se ser considerados no processo do pensamento.

Nesse caso, tem-se que ter o cuidado para que os oprimidos não se transformem em opressores, daí, segundo Dussel (1977;2012) a necessidade de uma ruptura, uma descontinuidade, um deslocamento de uma política controlada pelo fator econômico para uma amplitude que possibilite perceber outros elementos que estão ou que estejam presentes na dimensão sócio-política.

Mance (2022) traça algumas questões fundamentais a ser levadas em consideração:

- ✓ Pontuar os estudos dos genocídios cometidos nas Américas, e menos a história ditada pelos opressores, ou seja, historiografia com elementos culturais europeus tais como o Holocausto;
- Deve-se trazer para a discussão em sala de aula: a história contada a partir de quem? A educação feita a partir de quem? Será que somos capazes de pensar a nossa própria realidade? Existe filosofia abaixo da linha do equador?

Dessa forma, estabelece-se uma responsabilidade pelo outro como um paradigma para a educação em tempo de crise ética, assumindo uma ótica existencial, a qual é marcada pela materialidade relevada na relação com o outro (oprimido- outro capaz de ser protagonista de sua libertação) em constante busca de libertação. A história deve sair de uma mera formalidade ditada pelos “dominantes colonizadores”, para dar vez e voz aos negros, mulheres, indígenas e outros que narram suas experiências de uma realidade totalmente diferente da que defendem os donos do poder ou os grupos economicamente exploradores do trabalho humano e da natureza, que estimulam o consumo em função dos seus ganhos e não da melhoria de condições de vida da sociedade como um todo.

Observe-se que o trabalho com educação para alteridade requer a crença numa práxis libertadora, ou seja, um fazer com que a humanidade seja capaz de pensar, repensar e refletir criticamente acerca das posturas de negação do outro (o estrangeiro e/ou o oprimido), exercendo um olhar ético ao outro, libertando-nos, por conseguinte, a uma educação transformadora da realidade, e não apenas mera reprodutora de uma hegemonia dominante.

Em Dussel (1977; 2012), o outro será o pobre, categorizado pelo autor como vítima, que possui nome, raça, cultura e rosto que está localizado em um continente, país, cidade em um tempo e espaço específicos. Nesse sentido, será o objeto de

reflexão filosófica para propor a Filosofia da Libertação, pois o pobre revela-se como exterioridade radical de uma Totalidade ensimesmada.

5 DESAFIANDO O CONSUMISMO – INTERVENÇÃO EM SALA DE AULA

A ética vai além de uma simples atitude, trata-se do caráter de um povo. Da valorização do “ser” em detrimento do “ter”. Da preservação ambiental dentro do consumo consciente. Isso é totalmente possível de acontecer a partir de uma prática educativa.

Na nossa prática cotidiana existem possibilidades que promovem o desenvolvimento de uma ética global que desafie o consumismo predatório, elas são possíveis de acontecer dentro da nossa realidade. Reforça-se daí que:

O consumo sustentável pressupõe a reciclagem e a reutilização dos resíduos da produção, no uso de embalagens e produtos biodegradáveis e no emprego de tecnologias limpas, que utilizem de forma inteligente os recursos renováveis. Ele é também um consumo necessário, que “não compromete as necessidades e aspirações das gerações vindouras, que leva em conta a satisfação pessoal e os efeitos ambientais e sociais da decisão de consumo de cada um” (Zanirato e Rotondaro, 2016, p. 87).

5.1 LIBERTAR O HOMEM E A NATUREZA - CONVERSA COM DUSSEL

A natureza é livre em sua essência; o homem tem a total liberdade de desfrutar desse bem, porém, precisa entender que apesar de livre, a mesma tem suas limitações. Precisamos de fato e de direito cumprir com a nossa obrigação de zelar pelo patrimônio natural, ao qual nos foi concedido e que o caminho para essa finalidade, nada mais é do que nos libertar da opressão do consumismo. De acordo com Dussel. Ainda nessa linha, para se firmar como sociedade, o oprimido necessita observar a sustentabilidade ambiental através de bons costumes sociais. O “ser” necessita se sobrepôr ao “ter”. Agindo dessa forma, coloca-se de lado o consumismo, a depredação ambiental, nessa prática, estamos de fato valorizando o indivíduo. Não por amizade, mas na íntegra por necessidades mútuas.

É através da Ética da Libertação, com seus princípios mais elaborados, que traz em seu horizonte uma ética necessária em face da “miséria que aniquila a maioria

da humanidade no final do século XX”, junto com a incontável e destrutiva contaminação ecológica do planeta Terra (Dussel, 2000, p. 15).

Reforça-se ainda nesse contexto que “a libertação é o ato que abre a brecha, que fura o muro e se adentra na exterioridade insuspeitada, futura, nova da realidade” (Dussel, 1977. p. 67).

Ainda de acordo com os princípios dusselianos, para adquirirmos a prática da libertação, além das práxis, incluímos a *poíeses*, pois esses, são o próprio ato que se transpõe o horizonte do sistema e se entra na exterioridade e se constrói uma formação social mais justa. Não existe de maneira nenhuma libertação sem economia e tecnologia humanizada, tão pouco sem formação social histórica. O *ethos* da libertação, do libertador por excelência é o ato de inovar, de criar horizontes, de não repetir. No caso em específico de consumir o que de fato seja necessário.

Consumir de forma variável, para não esgotar um único recurso natural, ou se assim o fizer, que seja de forma não repetitiva que seja justo, ou seja, se vou utilizar uma árvore para fazer um móvel e assim utilizá-lo como fonte de renda e até mesmo para a minha utilidade, que seja plantado nova árvore e assim repor o que fora tirado da natureza. Trazer de volta e de forma consciente a sustentabilidade planetária. Isso significa princípio ético. Sem disciplina não há libertação.

O próprio Dussel (1977) rebate que: descrever Filosofia da Libertação é algo muito difícil, pois, trata-se de condutas puramente pedagógicas, serviço de formiguinha mesmo, pois cada cabeça é um mundo e cada pessoa tem sua personalidade formada, entretanto, em sua obra ele traz algumas reflexões e descreve vários caminhos para atingir tal condição, que no caso em epígrafe, trata-se da libertação do consumismo. Da opressão do “ter” em vez do “ser”. Da consciência sustentável para as futuras gerações.

Quem se liberta, se liberta de algo que o aprisiona de alguma forma, algo que o torna preso de si mesmo. Então Dussel em sua obra enfatiza que a ética da libertação pretende: “Pensar filosófico-racionalmente esta situação real e concreta, ética, da maioria da humanidade presente, próxima de um conflito trágico de proporções nunca vistas na história da espécie humana, filogeneticamente falando” (Dussel, 2000. p. 11).

A ética aconselha, fala do “dever ser”, não gera punição, ela direciona e promove um agir dentro da sociedade. Enquanto que a moral condena e gera punição ao indivíduo, pois está atrelada às idiossincrasias que permeiam grupos sociais e instituições.

Quando uma pessoa se liberta, significa que ela adquiriu para si uma tomada de atitude, um posicionamento, uma decisão. Com isso, gerando um conflito trágico entre opressor e oprimido. Conflitos esses: social, econômico e ecológico entre as partes, pois, tem-se a condição de meio ambiente ecologicamente preservado e o intuito de lucro; meio ambiente ecologicamente preservado e o parecer ter; meio ambiente ecologicamente preservado e a floresta devastada e a mata em chamas e o acúmulo de lixo e resíduos sólidos nas residências sem ter uma destinação correta. Como por exemplo: onde descartar as baterias de celulares e o lixo eletrônico como um todo?

Partindo do particular que a ética da libertação para o geral. A ética nesse âmbito, seria a ação de fazer simplesmente o bem ou aquilo que significativamente seria bom para todos. Então Dussel reafirma:

O “bem” (do sujeito da norma, ação, microfísica do poder, instituição ou sistema de eticidade) é alcançado no final de um complexo processo em que o conteúdo de verdade, a intersubjetividade válida e a factibilidade ética “efetua” ou realizam o “bem”. Definitivamente o “bom” é um sujeito ético concreto, mas só ao fazer o “bem” (da norma, ação...) (Dussel, 2000. p. 12).

Enquanto que na ética da libertação em si, Dussel afirma que a mesma é negativa, pois ela exige uma postura de atitude do indivíduo, uma “consciência crítica” do mesmo em não se acomodar ao sistema. É saber o que é ser bom ou bem para alguém? Então, trata-se de algo que coloca em práxis a reflexão e a crítica sobre nossas atitudes.

Porém, ainda sobre essa condição, Dussel revela que “a ética da libertação não pretende ser uma filosofia crítica para minorias, nem para épocas excepcionais de conflito ou revolução. Trata-se de uma ética cotidiana, desde e em favor das imensas maiorias da humanidade excluídas da globalização, na presente “normalidade” histórica vigente” (Dussel, 2000. p. 15).

Levando para a temática trabalhada, a consciência crítica seria a sensibilização para as causas ambientais. Seria a reflexão da prática de um consumo consciente. Seria de fato o “ser” e não o “ter”. Seria a conscientização e sensibilização de que depredando o meio ambiente, estaremos contribuindo para a falta da água, do ar, de um solo rico em nutrientes, dentre outros recursos naturais que podem ser renováveis ou não-renováveis dentro do meio.

Os recursos naturais renováveis como a própria palavra diz, são aqueles que se renovam em um curto período de tempo, enquanto os não renováveis se trata daqueles que não conseguem de forma alguma se renovar em um curto período de tempo. Entretanto, essa classificação não exime a condição de esgotamento dos recursos naturais, pois há aqueles que apesar de serem classificados como renováveis, podem se esgotar na natureza devido aos desequilíbrios ambientais. Alguns cientistas reforçam.

5.2 PROCESSO METODOLÓGICO

Iniciamos com uma reflexão através do processo metodológico sensibilizatório sobre a temática do meio ambiente, do consumo e das possibilidades de empreendermos um análise do que seja a Filosofia da Libertação, a necessidade de decolonização e o processo de construção de uma crítica aos pseudos valores que o mercado impõe. O homem tem a total capacidade de adaptar-se em qualquer ambiente e viver no mesmo de forma intensa. Desde os primórdios já percebemos essa condição.

A biologia moderna está fundada na noção de que todas as formas vivas podem transformar-se e evoluir, a partir de formas preexistentes. Dois princípios governam essas transformações, o da *instrução* e/ou o da *seleção*. O primeiro, condiciona que uma forma viva se modifica de acordo com as instruções do meio, enquanto que a segunda, os organismos se adapta facilmente ao próprio meio (Ferry; Vincent, 2011. p. 177-178).

Ainda de acordo com os princípios citados acima pelos autores, a adaptação é um processo gradativo de acordo com o meio, bem como o homem acompanha esse processo para a sua sobrevivência.

Com isso, entendemos que a humanidade tem a condição de sobreviver e viver na condição em que o meio oferece, adaptando-se de forma fácil e rápida a essa

realidade. Entendemos ainda que o homem escolhe como ele quer viver e isso podemos firmar a condição de economia e sustentabilidade ambiental. Ele pode escolher de forma ética a sua condição de sobrevivência.

Para isso, devemos entender o conceito de ética. Trata-se de um caráter de um povo. É um conjunto organizado que determina a conduta de uma pessoa. Iniciando-se na modernidade com o pensamento libertário do opressor. Todos nós temos a capacidade de nos libertarmos daquilo que nos oprime. A educação filosófica abre as mentes das pessoas ao pensamento crítico de suas ações.

Sobre o conceito de ética, Sbardelotti reforça ainda que:

Tradicionalmente, a ética é entendida como uma reflexão científica, teológica, filosófica, sobre os costumes e sobre as ações humanas. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento (Sbardelotti, 2016. p. 12).

De acordo com Frank e Flores, 2018. p. 141, a ética em primeira instância consiste em investigar o sentido da felicidade e em segunda, a forma de estruturar a política que assegure a felicidade da nação.

Para se praticar os princípios éticos dentro dos diversos campos das nossas vidas, faz-se necessário conhecermos toda a essência histórica do âmbito em que se quer alcançar, no que tange a pesquisa, faz-se necessário conhecermos os aspectos históricos do consumismo que levou e leva ainda hoje a exploração dos oprimidos.

Dussel (1977. p. 14-18) enfatiza historicamente que os países europeus lutavam pelo domínio do poder explorando todo o Mediterrâneo. Iniciando-se com os cretenses e fenícios e depois os árabes e venezianos. Então, seguem os portugueses e depois os espanhóis em busca do poder no sentido ocidental, a Rússia no sentido oriental. A Espanha descobre o Pacífico pelo ocidente e a Rússia pelo oriente. Nesse contexto, os árabes perdem o seu poderio sobre o Mediterrâneo, algo que fora conquistado durante quase mil anos. Todavia a Espanha e Portugal, perderam para os ingleses.

Com todo esse contexto. A Europa se transforma o centro. Tudo pelo “eu conquisto”, “eu escravizo”, “eu venço” e “guerra do ópio”. Ou seja, Deus tinha morrido

porque ela era o próprio. A libertação só pode acontecer quando não acreditamos nesse poder. Quando lutamos contra ele e aí foi pelo surgimento da Filosofia da Libertação que começou o processo emancipatório contra o mercantilismo das metrópoles.

A metodologia, de natureza qualitativa, inicia com as questões relativas a ética no contexto de um mundo globalizado e excludente, construindo dessa forma, o referencial teórico, com a utilização dos textos de Vasquez e de Dussel.

Segue-se a realização em sala de aula de um itinerário de formação/discussão que abrangeu os seguintes passos metodológicos/sequência didática (6 aulas):

- ✓ Etapa de sensibilização sobre a temática;
- ✓ Levantamento das questões do cotidiano escolar que caracterizam atitudes desumanas, xenófobas, preconceituosas, entre outras;
- ✓ Discussão/eleição das temáticas comuns, elegidas pelos discentes;
- ✓ Escolha dos textos a serem discutidos em sala de aula e apropriação da leitura;
- ✓ Reelaboração/reconceitualização e confronto dos conceitos produzidos;
- ✓ Elaboração de um jornal mural com as conclusões dos estudantes e mensagens afirmativas sobre o respeito à dignidade humana;
- ✓ Avaliação da intervenção (culminância).

Depois do processo de sensibilização que comentamos nos primeiros parágrafos desse capítulo, os estudantes optaram por fazer uma pesquisa em “sala de aula invertida” sobre Dussel, filosofia da libertação, ética da libertação e decolonialidade.

Uma semana depois, trouxeram o resultado da pesquisa socializando a partir da divisão da sala em grupos, sorteando-se os temas descritos acima por grupos. Depois da socialização, os estudantes foram convidados a elegerem uma temática que pudesse ser desenvolvida a partir de um fragmento de texto, da autoria de Dussel e que depois seria transformado em uma atividade prática e socializada para toda a escola.

Uma parcela considerável da sala de aula insistiu que se trabalhasse o conceito de ser vivente autoconsciente que deve continuar comendo. Trata-se do fragmento do livro *Ética da libertação. Na idade da globalização e da exclusão*, 2012, [110], p. 141.

A proposta foi uma leitura individual a partir do acesso ao livro digital de Dussel, uma partilha em grupos e socialização da qual se concluiu o seguinte:

- ✓ O ser humano como ser vivente deve ser autoconsciente;
- ✓ A consciência é um problema ético, muito mais que moral;
- ✓ O homem que pensa, que consome, que vive, também é o que necessita se alimentar (comida material e comida espiritual);
- ✓ A espiritualidade ou a religião que professamos não devia nos impedir de enxergar criticamente que somos responsáveis pela crise ambiental que se acumula em nosso planeta;
- ✓ Todos somos responsáveis pela mãe Terra, mas poucos tem consciência da agressão que fazemos a ela através de simples gestos como não tomar cuidado onde depositamos lixo, o que consumimos;
- ✓ Consumimos muita coisa que não precisamos e guardamos muita “porcaria”, da qual não precisamos, enquanto outros passam fome e vivem na miséria;
- ✓ Precisamos nos libertar de nossos vícios e péssimos costumes para poder empreender uma total libertação frente aos poderes econômicos e de consumo;
- ✓ Embora dependentes da situação econômica, não podemos estar de conluio, especialmente quando esquecemos que o outro é aquele que mais necessita e que sempre está ao nosso lado;
- ✓ O encontro ético libertador impõe a todos nós mudanças de atitudes que devem se iniciar em casa, atingindo o consumismo exacerbado de supérfluos, passando pela conversa com nossos pais, mudanças de hábitos e construção de encontros para discutirmos ações permanentes como ajudar os que precisam de apoio e alimentar os que estão com fome, sem esquecer de conversar com eles sobre a importância da participação política e na comunidade.

Os produtos educacionais gerados:

- ✓ Portfólio das atividades: foi construído um portfólio durante todo o processo de pesquisa que inclui todo o material coletado pelos estudantes por ordem/data de pesquisa e/ou elaboração;
- ✓ Foi feita uma caixa de coleta junto aos professores e gestão escolar com a finalidade de arrecadar fundos para pagamento de uma página na Internet, com a finalidade de se ter um Jornal Mural – internet permanente, alimentado a cada seis meses com os estudos, pesquisas, ações desenvolvidas pelos estudantes na escola e na comunidade;
- ✓ Construção de grupo de estudos: foram formados três grupos de estudos, aberto a quem deseja de outras séries, a participação, que se reunirão mensalmente para discussão de um fragmento de texto e/ou análise de questões pertinentes relacionadas ao consumismo, meio ambiente;
- ✓ Foram criados quatro grupos com 6 estudantes cada, para realização e cuidados de uma horta escolar;
- ✓ Socialização com a comunidade escolar de todas as atividades bimestralmente.

Então, dos muitos elementos de ensinar-aprendendo e de aprender- ensinando junto aos estudantes, destacamos algumas falas e lições, considerando que a **intervenção** é o processo pelo qual a pesquisa se torna real e fidedigna, pois é através da mesma que o pesquisador/professor confirma suas hipóteses.

De fato é o momento prático. É nela que colocamos o que pretendemos, na tentativa de mudança de atitude. Trata-se da etapa em que se coloca o planejamento em vigor. É aqui onde os estudantes explanam suas formas de pensar e agir sobre o conteúdo proposto.

Iniciamos o processo de intervenção com um questionário sondagem, etapa essa, vivenciada antes do momento da sensibilização descrita no início desse capítulo para investigar sobre os conhecimentos prévios dos estudantes acerca da temática Consumismo x Meio Ambiente.

- ✓ O que entendem por meio ambiente?

- ✓ O que seria meio ambiente ecologicamente equilibrado? Quais os fatores que levam ao desgaste do mesmo?
- ✓ O que significa sustentabilidade ambiental?
- ✓ Consumo e Consumismo tem alguma diferença?
- ✓ Por que consumimos?
- ✓ É necessário o consumo exacerbado? Quais as consequências?
- ✓ O que é ética? É importante?
- ✓ O que é ser livre?
- ✓ O confronto com a leitura de fragmentos de obras de Enrique Dussel ajuda a promover uma consciência crítica frente à barbárie do mundo moderno?

Os questionamentos foram aplicados aos estudantes do 1º ano do Ensino Médio das turmas de 2023 da Escola Padre Novaes - Ribeirão-PE, com a intenção de se obter, em consenso, uma visão geral dos discentes.

Houve uma quase unanimidade em afirmar que há uma carência de reflexão sobre o tema incidente nas questões apresentadas. As dúvidas sobre ética se fizeram presentes e, algumas vezes, por questões relacionadas à formação de origem pentecostal de alguns estudantes que responderam:

Aprendemos na Igreja, Professora, que ética é obedecer com fidelidade os ensinamentos de nossos pastores, presbíteros e diáconos. Pois tudo o que está na Bíblia é Palavra de Deus e deve ser seguida por nós crentes (Santana, 2023)⁸.

A grande questão não é saberem o que significa ética, mas não conseguirem fazer uma distinção clara e precisa entre ética e moralidade/preceitos religiosos. Pode-se observar uma dificuldade de encontrarem um significado maior no contexto de manipulação ideológico-religiosa para a própria existência como sujeitos vítimas, segundo a concepção dusseliana.

⁸ As falas dos estudantes são transpostas na sua íntegra e os nomes que aparecem no texto são figurativos não correspondendo aos seus verdadeiros.

Outros não souberam de forma alguma relacionar o consumismo com questões ambientais. Ainda, uma grande parte, não tinha o mínimo de conhecimento sobre o que significa sustentabilidade ambiental. Prova disso, foi um relato de um estudante de forma inocente, chegou a responder que sustentabilidade ambiental seria:

Manter em pé ou encostada as casas, árvores e animais, se os mesmos caíssem, não conseguiríamos levantá-los. Teríamos que construir novas casas e plantar novas árvores (Ipê, 2023).

Entende-se que as respostas apresentadas pelos estudante indicam que na verdade, suas respostas não deixaram de ter seu sentido, pois, sustentabilidade ambiental é a preservação e manutenção do meio ambiente, onde seu objetivo é garantir que as necessidades das futuras gerações não sejam prejudicadas pelo uso indiscriminado dos recursos naturais na atualidade.

Outra demonstração de falta de conhecimento, foi eles relatarem que nunca escutaram falar sobre Enrique Dussel e suas obras. Para eles, “libertação”, significa viver fazendo o que queriam em qualquer tempo e sem dar satisfações a ninguém. Provando a falta de responsabilidade sobre seus atos. Talvez, até mesmo por falta de conhecimento sobre o que é ou não ético.

Em seguida dando continuidade ao processo, tivemos o momento de reflexão e sensibilização sobre a temática do meio ambiente, do consumo e das possibilidades de empreendermos uma análise do que seja a filosofia da Libertação, a necessidade de decolonização e o processo de construção de uma crítica aos pseudos valores que o mercado impõe. Esse momento, foi vivenciado de forma serena e sem pressa de acontecer, pois em se tratando da etapa sensibilização que é o ponto chave do trabalho, houveram vários momentos. Nela, os estudantes estavam sendo preparados para desenvolver novos conceitos e práticas que poderiam de fato chegar ao que a pesquisa propõe, “possibilidades de mudanças de hábitos”, as quais, poderiam acontecer ou não a depender da visão de cada um.

Além dos textos de Dussel, trabalhamos documentário sobre “a história das coisas”. O filme de Charlie Chaplin “Tempos Modernos”. Durante essa vivência, os estudantes se agruparam em 5 e montavam mapas conceituais resumindo vossas compreensões. Ao montar os mapas, percebeu-se através das colagens e escritas

que os mesmos começaram a entender o processo de “exclusão, mecanização e exploração do ser humano” para alimentar o sistema capitalista e opressor. Pois a maioria pontuava nos mapas exatamente tais palavras chaves.

Para firmar mais ainda o propósito e associar a tal, as demais temáticas da dissertação, trabalhamos o quesito música abordando as seguintes: Xote Ecológico - Luiz Gonzaga; Consumo - Ricon Sapiência; Moral e Ética - Vinícius Modeiski e Liberdade - Djavan. Após o repasse das músicas, formamos 6 grupos de 5 estudantes, onde os mesmos discutiram suas opiniões. No final, sorteou-se apenas um integrante de cada grupo, representando os demais. Momento esse de muita tensão e nervosismo, porém, nada que não fizesse parte do contexto educacional. Seguindo o relato tivemos as seguintes falas:

Temos que ter a consciência do nosso papel na sociedade, precisamos consumir de forma responsável para que o meio ambiente agradeça e também nossas famílias, filhos e netos. Precisamos entender e viver diante de nossas condições financeiras. Não há necessidade de querermos ter o que não podemos. Somos explorados e influenciados pelo sistema capitalista e explorador da mão de obra barata e necessitada. Nós trabalhamos para enriquecer os outros. Somos na verdade a escada para o rico subir cada vez mais. Também somos influenciados a gastar o que não temos. Além de utilizar nosso dinheiro suado para alimentar os ricos, estamos contribuindo para o desgaste da natureza mãe (Grupo Nostalgia, 2023).

O Segundo grupo relatou o seguinte:

Se a gente não ama a natureza, não amamos a nós mesmos, tudo se reflete em nós. A natureza reflete aquilo que fazemos com ela. Nós consumimos de forma exagerada e com isso a natureza tem prejuízo. Somos contribuintes no fator desgaste ambiental. Precisamos ter a consciência disso. Vamos lutar por um mundo melhor (Grupo Sensibilização, 2023).

O terceiro grupo afirma:

A natureza é nossa mãe e como mãe, temos que obedecer e respeitar. Quando não obedecemos a mãe levamos castigo. O nosso é o descontrole do meio ambiente. Se aprendemos que consumir sem responsabilidade leva a isso. Por que fazer? Por que não colaborar? Vamos nos libertar dessa escravidão (Grupo Só pra Contrariar, 2023).

O quarto e o quinto grupos coincidentemente tiveram quase a mesma fala: Vamos respeitar a natureza para que ela nos respeite também.

Vamos tentar consumir de forma responsável para não sermos consumidos. Precisamos consumir apenas o que precisamos. Não vamos ficar mais pobres do que somos e enriquecer mais ainda quem está rico, porque isso só nos levará a total desgraça ambiental. Liberdade! Liberdade! (Grupos Harry Potter e Leitura Já, 2023).

Finalizando o sexto grupo entrou o contexto:

Se somos burros. Fomos até agora. Hoje nós temos uma visão diferente de nossas atitudes. Hoje entendemos que somos o poder. Podemos nos impor como cidadãos críticos. Podemos nos libertar da escravidão do mundo. Da vida submissa. De sermos oprimidos por nossas necessidades. Vamos lutar por um mundo mais justo e melhor. É certo que precisamos trabalhar para comer. Porém, vamos comer o pão com dignidade. Vamos parar de gastar o que não precisamos. Vamos refletir isso. A vida só é mais justa e o mundo só é mais justo se nos libertarmos da opressão que se encontra dentro de nós (Grupo Hip Hop, 2023).

A aula foi concluída como um momento reflexivo e, para o docente, ficou a sensação da missão de dever cumprido. Satisfação por deixar a mensagem plantada. Talvez momentânea. Porém, nunca esquecida.

A outra etapa vivenciada foi uma dramatização abordando a temática “consumismo que gera o desgaste ambiental”. A peça teatral foi com um grupo de 15 estudantes (metade da sala de aula), então fizeram cenas de consumo exacerbado e recursos da natureza sendo esgotados pela produção e fabricação dos produtos consumidos por eles. Também a ausência dos recursos o que fazia no meio ambiente e seus reflexos sobre a humanidade. Concluindo a peça, uma estudante leu sobre o conceito de ética e o que é ou não ético. Bem como, a importância e contribuição da Filosofia para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre nossas atitudes e a libertação do homem sobre o homem na perspectiva de Enrique Dussel, bem como, a sua capacidade de adaptação ao meio.

Ainda dando seguimento ao processo de intervenção, trabalhamos a produção de um jornal/mural com todas as atividades produzidas pelos discentes, bem como, a exposição de materiais reciclados com o aproveitamento de garrafas pet, caixas de toda a qualidade dentre outros, onde os estudantes mostravam como melhor

aproveitar o lixo domiciliar e produzir objetos até mesmo para vender e adquirir uma renda extra. Provando que o lixo pode se transformar em luxo e viver de forma adaptativa ao meio ambiente. O homem tem a capacidade de adaptar-se em qualquer ambiente e viver no mesmo de forma intensa.

De modo geral, pensamos como Boff (2023) que chama a atenção para o exercício de um projeto geral de decolonialismo na democracia, uma vez que todos “os seres humanos são chamados a participarem da existência dentro de uma mesma Casa Comum. Tudo o que existe e vive merece existir e viver. Todos devem ser respeitados, pois possuem sua autonomia e seu modo de inserção no todo social” (Boff, 2023, p.93).

6 CONCLUSÃO

O contexto atual de ensino de filosofia em sala de aula é marcado por uma tensão entre o ser ético a partir das concepções enraizadamente filosóficas, ou se submeter ao cumprimento de regras e normas provenientes de concepções religiosas ou de códigos de conduta. Nesse caso, a moral, considerada como forma de comportamento humano, encontrada em todos os tempos e sociedades deve ser considerada pela sua diversidade e manifestações atuais, sob o crivo de uma ética que conduza a emancipação dos sujeitos pensantes.

Foi visto que compreender a construção de uma ética prática nas relações de ensino e aprendizagem de filosofia, especialmente em uma realidade marcada por uma tradição racista, escravista e xenófoba, presente nas inter-relações escolares é um desafio a ser transposto através de um trabalho de discussão, argumentação e socialização, tendo como ponto de partida questões práticas do cotidiano.

Dussel (1977) inaugura uma reflexão sobre a possibilidade de uma ética que nasça em um contexto latino-americano, superando os ditames de uma ética transposta do mundo europeu para as Américas. No vocabulário cotidiano, especialmente nas escolas, falar sobre ética pode corresponder a respeito de direitos ou a respeito humano pura e simplesmente.

No ano de 1996, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), em seu artigo 36 determinara que ao final do ensino médio, todo estudante domine os conhecimentos de filosofia necessários ao exercício da cidadania, o mesmo acontecendo com a nova BNCC - Base Nacional Curricular Comum (Brasil, 2019).

Embora o conceito de cidadania em seu uso técnico apareça em um contexto político, ele também é empregado nas relações práticas da ética (Savian Filho, 2016). “a ética poderá dizer-lhe, em geral, o que é um comportamento pautado por normas, ou em que consiste o fim, o bom, visado pelo comportamento moral, do qual faz parte o procedimento do individuo concreto ou o de todos” (Vasquez, 2014, p.17).

O presente trabalho desenvolveu-se como uma inquietação do como construir, junto aos estudantes do ensino médio, uma proposta ética que leve em consideração a realidade do neoliberalismo e seus desmandos, a consciência coletiva racista,

xenófoba e preconceituosa da sociedade, com uma visão de uma ética libertadora, na perspectiva de Enrique Dussel e de uma Ética da Libertação.

O trabalho, em seu conjunto pode ser definido como uma reflexão, junto aos estudantes, de uma ética que promova a libertação integral frente aos jogos do neoliberalismo e da mídia, de modo que possam partir do entendimento de que existe uma dignidade que é negada às minorias excluídas, pobres e grupos humanos (Dussel, 2012).

Nenhuma sociedade ganharia progressão ascendente se não fosse levado em conta um conjunto de princípios ou normas que delineassem o comportamento socialmente ajustado como ético. No entanto, o trabalho ético é aquele que globaliza a sua prática cotidiana com reflexões que proporcionem o equilíbrio do pensamento e a prática de ações norteadoras. A ética na prática pedagógica, por exemplo, tende a valorizar os conhecimentos dos educandos e harmonizar a convivência entre todos que ali encontram-se inseridos.

Por se considerar a ética um conjunto de valores que norteiam o comportamento humano, em relação aos outros, na mesma sociedade em que vive, esta deve ser instituída nos estabelecimentos de ensino com o objetivo de formalizar o bem-estar social. Raras são as vezes em que a ética tem sido discutida de maneira explícita no currículo pedagógico.

Contudo, não se trata de trabalhar ética no sentido geral do termo, mas provocar uma leitura a partir do viés libertador, de uma filosofia da libertação que passa a enxergar o outro como detentor de dignidade e de valor, frente a uma sociedade da globalização, do individualismo e da exclusão (DUSSEL, 2011)

A ética é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, “é a ciência de uma forma específica de comportamento humano. Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar a racionalidade e a objetividade mais completas” e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis (Vasquez, 2014, p. 23).

A percepção que nos deixa o trabalho com os estudantes é que o processo de descolonizar e decolonizar é árduo e necessita de paciência, dedicação e instrumentalização necessária, bem como, do envolvimento de toda a comunidade escolar. E, nesse aspecto, aparece mais um desafio, o de fazer com que a discussão

e as instâncias formativas da escola e mesmo da Gerência Regional de Educação promovam espaços dialógicos, discursivos sobre uma necessária Ética da Libertação.

REFERÊNCIAS

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia em contexto**. São Paulo: Moderna, 2013.

ANDREWS, Philipe. Violência epistêmica. In: FLORIT, Luciano Fêlix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPE JR., Arlindo. **Ética socioambiental**. Barueri-SP: Manole, 2023. Pp. 522-239.

BARBOSA, Lívia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BARRETO JR, Raimundo César; SIRVENT, Roberto. **Cristianismos decoloniais**. São Paulo: Recriar, 2023.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano e compaixão pela terra**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOFF, Leonardo. **“Tomar Consciência da Situação Real do Mundo é um Dever Ético**. Salvador: 2022. Publicado em: 04-10-2022. Disponível em: <https://www.noticiasustentavel.com.br/leonardo-boff-sustentabilidade-dever-etico/>

BRASIL ESCOLA. **Meio Ambiente**. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/meio-ambiente.htm>. Acesso em 21 ago de 2024.

BRASIL, Constituição da República Federativa do. **Do Meio Ambiente**, Título VIII. Art. 225, Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação do. **Consumo Sustentável: Manual de educação**. Brasília: Consumers International/ MMA/ MEC/ IDEC, 2005.

CAMPOS, Diego Monteiro Gomes D. **Recursos Naturais: Renováveis Versus Não Renováveis, Resiliência e o Uso Sustentável**. 2018.

CERIMM, Isabel Jurema.; ALCÂNTARA, Liliâne Cristine S. Cosmvisão e interculturalidade para uma ética socioambiental. In: FLORIT, Luciano Félix; SAMPAIO, Carlos A. Cioce; PHILIPPE JR, Arlindo. **Ética socioambiental**. Barueri-SP: Manole, 2019.

CICHELERO, César Augusto; GALIOTTO, Rubiane. **Sociedade de Consumo e Crise Ambiental: os reflexos do hiperconsumo**. Caxias do Sul-RS: Educs, 2020.

CONTE, Ivo Batista. **Educação ambiental na escola**. Fortaleza : EdUECE, 2016.

CORTINA, Adela. **Ética de la empresa**. Madrid: Editorial Trotta, 2000.

CORTINA, Adela. **La ética de la sociedad civil**. Madrid: Anaya, 1994.

COSTA, César Augusto Soares. **Filosofia Latino-Americana: Pressupostos para a “Libertação Ambiental”**. Ribeirão Preto, 2011.

COSTA, Francisco de Assis; AMORIM, Ricardo. **Transição ecológica e social no Brasil: uma introdução**. São Paulo: Perseu/Abramo, 2023.

COSTA, Lúcio; IGNÁCIO, Rozane. **Relações de Consumo x Meio Ambiente: Em Busca do Desenvolvimento Sustentável**. Roraima: Editora, 2011.

DUMOULOIÉ, Camille. **Ensaio filosóficos**. V. XIII. São Paulo. Agosto de 2016.

DUSSEL, Enrique D. **Ética da Libertação: Na Idade da Globalização e da Exclusão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

DUSSEL, Enrique D. **Filosofia da Libertação na América Latina**. São Paulo: Edições Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. 1492 **O encobrimento do outro**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Seminário de ética**. México: Unam, 2001.

FERDINAND, Malcom. Uma ecología decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERRY, Luc; VINCENT, Jean - Didier. **O que é o ser humano? Sobre os princípios fundamentais da filosofia e da biologia**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

FERRY, Marc. Ecomodernismo. **As sete faces da ecologia política**. Barueri-SP: Manole, 2023.

FLORIANI, Dimas. Natureza da ética e ética da natureza: pensar, fazer, subjetivar, julgar e decidir no socioambientalismo. In: PHILIPPI JR, Arlindo. **Ética socioambiental**. Barueri-SP: Manole, 2019. Pp.75-106.

FLORIT, Luciano Fèlix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPE JR., Arlindo. **Ética socioambiental**. Barueri-SP: Manole, 2023.

FRANK, Willames; FLORES, Alberto Vivar. **Problemas do Pensamento Filosófico na América Latina**. Goiânia-GO: Phillos, 2018.

GONÇALVES, Carlos Walter. **Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAMARCK, Jean Baptista de Monet Caballero de. **Filosofía zoológica**. Barcelona: Editorial Alta Fulla, 1986.

LEFF, Enrique. Prefácio, in: FLORIT, Luciano Fèlix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPE JR., Arlindo. **Ética socioambiental**. Barueri-SP: Manole, 2023. Pp.13 a 24.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

MANCE, Euclides. **Filosofia da libertação**. Histórico, vertentes, críticas e perspectivas. Passo fundo-RS: Conhecer, 2022.

MARCUSE, Herbert. **Cultura y sociedad**. Buenos Aires: Editorial Sudamérica, 1967.

MASLOW, Abraham H. **Introdução a psicologia do ser**. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1990.

MASLOW, Abraham H. **Motivación y personalidad**. Madrid: Diaz dos Santos, 1991.

MOURA, Roldão Alves D. **Consumo ou Consumismo: Uma Necessidade Humana?** São Bernardo do Campo, 2018.

PEREIRA, Agostinho Oti. **Relações de consumo: meio ambiente**. Caxias do Sul, RS : EducS, 2009.

PICHÈRE, Pierre. **A hierarquia das necessidades de Maslow: obtenção de informação vital sobre como motivar as pessoas**. Disponível em <http://www.50minutos.com> Acesso 21 de abr . 2023.

PINTO, Marcelo de Rezende e BATINGA, Georgiana Luna. **O Consumo Consciente no Contexto do Consumismo Moderno: Algumas Reflexões**. Revista Gestão.Org, v. 14, Edição Especial, 2016. p 30-43.

SAVIAN FILHO, Juvenal. **Filosofia e filosofias**. Existência e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SBARDELOTTI, Emerson. **Ecologia, Ética e Sustentabilidade em Leonardo Boff**. São Leopoldo: CEBI, 2016.

SILVA, Minelle Enéas D.; GOMÉZ, Carla Regina Pasa. **Consumo Consciente: O Papel Contributivo da Educação**. REUNA, Belo Horizonte, v.15, n.3, p. 43-54, Set. – Dez. 2010.

TEIXEIRA, Vicente; MAGALHÃES, Robert. **Ética para a vida**. São Paulo: Nexus, 2021.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia e circunstâncias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 36.ed., 2014.

VIEIRA, Paulo Freire. **Ética do desenvolvimento**. São Paulo: Editora do Autor, 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El capitalismo histórico**. Madrid: Siglo Veintiuno, 1988.

ZANIRATO, Sílvia; ROTONDARO, Tatiana. **Consumo, um dos dilemas da sustentabilidade**. Estudos Avançados: Editora, 2016.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e Educação em Immanuel Kant & Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 41-42.